



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE
CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO MATEMÁTICA



SALINE DAIANE FELD

ABORDAGEM SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL PARA ALUNOS COM SÍNDROME DE
DOWN: UMA PROPOSTA EDUCACIONAL

Ponta Grossa
2019

SALINE DAIANE FELD

ABORDAGEM SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL PARA ALUNOS COM SÍNDROME DE
DOWN: UMA PROPOSTA EDUCACIONAL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática para obtenção do título de Mestre em Ensino de Ciências e Educação Matemática.

Orientadora: Prof^ª Dr^a Luciana de Boer Pinheiro de Souza
Coorientadora: Prof^ª Dr^a Josie Agatha Parrilha da Silva

Ponta Grossa
2019

FICHA CATALOGRÁFICA

F312 Feld, Saline Daiane
 Abordagem sobre educação sexual para alunos com
 Síndrome de Down: uma proposta educacional. Ponta
 Grossa, 2019.
 106 f.

 Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e
 Educação Matemática - Área de Formação de Profes-
 sores e Ensino de Ciências/Práticas de Ensino de
 Ciências), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

 Orientadora: Profa. Dra. Luciana de Bôer
 Pinheiro de Souza

 Coorientadora: Profa. Dra. Josie Agatha
 Parrilha da Silva

 1. Educação especial. 2. Sexualidade. 3. Sín-
 drome de Down. 4. Formação de professores. I. Sou-
 za, Luciana de Bôer Pinheiro. II. Silva, Josie
 Agatha Parrilha da. III. Universidade Estadual de
 Ponta Grossa - Mestrado em Ensino de Ciências e
 Educação Matemática. IV. T.

CDD: 371.9

TERMO DE APROVAÇÃO

SALINE DAIANE FELD

"ABORDAGEM SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL PARA ALUNOS COM SINDROME DE DOWM: UMA PROPOSTA EDUCACIONAL."

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Ponta Grossa 12 de Abril de 2019.

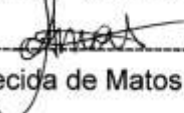
Assinatura pelos Membros da Banca:



Dra. Luciana de Boer Pinheiro de Souza - (UEPG) – Presidente



Dr. Marcio Akio Ohira - (UEPG)



Dra. Eloiza Aparecida de Matos - (UTFPR)

Dr. José Fabiano C. Justus - (UEPG) - Suplente

*Dedico este trabalho ao meu esposo pelo
apoio incondicional e ao meu bebê
Eduardo Henrique com todo meu amor.*

Agradecimentos

Nesses anos de estudo, esforço e empenho, gostaria de agradecer algumas pessoas que me acompanharam e foram fundamentais para a realização deste sonho. Por isso, expresso aqui minha sincera gratidão por terem me apoiado neste percurso, que de certa forma foi solitário e mesmo assim compreenderam e não me abandonaram.

Agradeço a Deus, por iluminar e me proporcionar esta oportunidade de grande aprendizado que foi o mestrado.

Sou grata aos meus pais, Sara e Marcos por todos os ensinamentos e amor dados a mim até o presente dia. Obrigada por compreenderem as minhas ausências e desejarem sempre o melhor para mim.

Sou grata pelo meu esposo e meu parceiro de vida, Henrique por me amar, incentivar, acompanhar, orientar, tranquilizar e por não permitir que desistisse em nenhum momento. Sem seu amor, dedicação, compreensão e ajuda em detalhes do dia a dia eu não teria conseguido concluir esta etapa tão importante para mim.

Ao meu filho Eduardo Henrique, que venho dar vida à minha vida. Tudo sempre foi e sempre será por você.

Aos amigos, pela compreensão ao serem privados da minha companhia e atenção, e pelo profundo apoio, me estimulando em momentos difíceis.

A vocês, minha família, sou eternamente grata por tudo que sou por tudo que consegui conquistar e pela felicidade que tenho.

Muito obrigada!

“Nunca deixe que lhe digam que não vale a pena acreditar no sonho que se tem, ou que seus planos nunca vão dar certo, ou que você nunca vai ser alguém [...] Quem acredita sempre alcança!”

(Renato Russo/Flávio Venturini)

RESUMO

O tema da inclusão tem repercutido em grande escala no campo educacional, e a educação sexual deve ser levada em conta neste processo inclusivo, pois proporciona autoconhecimento, confiança e proteção. Pesquisou-se e observou-se a escassez de materiais adaptados para instrumentalizar e orientar docentes da rede especial de ensino na abordagem de educação sexual de alunos com síndrome de Down. Assim, estabeleceu-se a seguinte questão norteadora para esta pesquisa: Como é possível elaborar em conjunto com os professores da rede especial de ensino, materiais adaptados para abordar educação sexual com alunos com síndrome de Down? Traçou-se como principal objetivo geral desenvolver um material de apoio sobre educação sexual para alunos com síndrome de Down e como objetivos específicos, investigar como os professores da rede especial de ensino realizam a educação sexual de alunos com síndrome de Down e sintetizar os principais referenciais normativos sobre educação sexual e especial. Quanto ao referencial teórico utilizado para a educação sexual de pessoas com deficiência, nos amparamos em Maia (2001, 2005, 2006, 2014, 2015, 2016), Maia e Ribeiro (2009), Altmann (2003), Vitiello (1995), Ribeiro (1990), Cardoso (2016), entre outros. Para contemplar os objetivos propostos, realizou-se uma pesquisa qualitativa, a qual foi aplicada na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) da cidade de Carambeí e na Associação Artesanal do Excepcional de Ponta Grossa (ASSARTE) na cidade de Ponta Grossa- PR. Realizou-se um curso de extensão com o objetivo de desenvolver e adaptar com os professores, materiais e estratégias para a educação sexual de alunos com síndrome de Down. Para o tratamento dos dados coletados foi utilizada a análise de conteúdo de Bardin (1997). No capítulo 1, apresentamos a educação especial e seus ideais, explicou-se como ocorre a síndrome, para, então conceituar a sexualidade e educação sexual de pessoas com síndrome de Down. No capítulo 2, foi abordado a formação de professores da rede especial de ensino e se possuem instrumentalização para abordar educação sexual com seus alunos, seguido por propostas de metodologias para a abordagem. Posteriormente, no capítulo 3, apresentou-se a fundamentação teórica e metodológica para coleta e análise dos dados, o curso de extensão ofertado aos professores: *Desenvolvimento de material didático sobre educação sexual para alunos com síndrome de Down*, e finalmente no capítulo 4, o produto do curso, os materiais adaptados para a educação sexual. Foi possível elaborar em conjunto com os professores, uma proposta de material de apoio para abordar educação sexual com seus alunos com síndrome de Down.

Palavras- chave: Educação especial. Sexualidade. Síndrome de Down. Formação de professores.

ABSTRACT

The inclusion has passed on a large scale in the educational field. Sexual education should be taken into account in this inclusive process, because it provides self-confidence and protection. We researched and observed the shortage of materials adapted to approach of Sexual education for students with Down syndrome, then draw the following question :For guiding this research: it is possible to elaborate together with teachers of the network Special Education, materials adapted to address sexual education to pupils with Down syndrome?

Plot as general objective to develop a supporting material on sexual education for students with Down's syndrome and how specific objectives: to investigate how the teachers of special education network to carry out the sexual education of pupils with Down's syndrome and summarise the main normative references on sexual education. As theoretical reference used for the sexual education of persons with disabilities, supporting us in Maia (2001, 2005, 2006, 2014, 2015 and 2016), Maia and Ribeiro (2009), Altmann (2003), Vitiello (1995), Ribeiro (1990), Cardoso (2016), among others. to contemplate the objectives proposed conducted a qualitative research, which has been applied at APAE (Association of Parents and Friends of Exceptional Children) of the city of Carambeí and ASSARTE (Artisanal Association of the Exceptional of Ponta Grossa) in the city of Ponta Grossa - PR. For the treatment of the data collected was used to content analysis of Bardin (1997). First we present the special education and its ideals, explain how occurs the syndrome, to conceptualize the sexuality and sexual education of people with Down syndrome. In response, we are dealing with the training of teachers of particular network of education and if they have exploited to address sexual education with their students, followed by proposals for methodologies to approach. Subsequently, we bring the theoretical and methodological basis for the collection and analysis of data, the extension course offered to teachers: Development of didactic material on sexual education for students with Down syndrome, which aimed to develop a supporting material on sexual education for students with Down syndrome, and finally, the product of the course. From the study it was possible to prepare, together with the teachers, materials to address sexual education with their students with Down syndrome. It is hoped that this proposal of support material, bring contributions to students and teachers in terms of sexual education.

Key words: Special Education. Sexuality. Down syndrome. Formação de professores.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Pesquisadora e participantes durante o curso	67
FIGURA 2 – Pesquisadora e participantes durante o curso.	67
FIGURA 3 – Cartaz com o conceito público. A primeira imagem, sem a adaptação sugerida, a segunda com as adaptações sugeridas.....	68
FIGURA 4 – Cartaz com o conceito privado. A primeira imagem, sem a adaptação sugerida, a segunda com as adaptações sugeridas.....	69
FIGURA 5 – Cartaz exemplificando o conceito público.....	70
FIGURA 6 – Cartaz exemplificando o conceito privado	70
FIGURA 7 – Atividade desenvolvida a alunos para reforço dos conceitos.	71
FIGURA 8 – Atividade desenvolvida à alunos para exemplificar áreas públicas e privadas.....	71

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Matriz curricular de Cursos de pós-graduação em Educação especial e inclusiva à distância.....	45
QUADRO 2 – Matriz curricular dos cursos em educação especial onde os participantes relataram concluir a pós-graduação.....	54
QUADRO 3 – Matriz curricular do Curso de pós-graduação presencial em Neuropsicopedagogia.....	55
QUADRO 4 – Atividades desenvolvidas durante a pesquisa.....	57
QUADRO 5 – Discursos dos professores por meio da questão aberta.....	73

LISTA DE SIGLAS

AAMR	Associação Americana de Deficiência intelectual
ASSARTE	Associação Artesanal do Excepcional de Ponta Grossa
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
AEE	Atendimento Educacional Especializado
AVD	Atividades de vida diária
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNE	Conselho Nacional de Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DI	Deficiência intelectual
EAD	Educação à distância
ES	Educação sexual
ECA	Estatuto da criança e do adolescente
IST	Infecções sexualmente transmissíveis
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
DSM-V	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
NEE	Necessidades educacionais especiais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
OMS	Organização Mundial de Saúde
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
SD	Síndrome de Down

TCLE	Termo de Compromisso Livre e Esclarecido
TEA	Transtorno do espectro autista
WAS	World Association for Sexology- Associação mundial para sexologia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – EDUCAÇÃO INCLUSIVA, EDUCAÇÃO SEXUAL E SÍNDROME DE DOWN.....	21
1.1 SÍNDROME DE DOWN.....	22
1.2 EDUCAÇÃO SEXUAL PARA SÍNDROMICOS DE DOWN: O PRINCÍPIO	23
1.3 EDUCAÇÃO SEXUAL PARA SÍNDROMICOS DE DOWN: A AÇÃO.....	31
CAPÍTULO 2 – FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA REDE ESPECIAL DE ENSINO.....	38
2.1 FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA REDE ESPECIAL DE ENSINO: O IDEAL DA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	38
2.2 EDUCAÇÃO SEXUAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES QUE ATUAM NA REDE ESPECIAL DE ENSINO	42
2.3 ESTRATÉGIAS PARA TRABALHAR EDUCAÇÃO SEXUAL COM ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN	46
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DE CONTEÚDO E COLETA DE DADOS SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL PARA ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN....	50
3.1 PERCURSO METODOLÓGICO PARA A COLETA DE DADOS	52
3.1.1 Local da Pesquisa.....	53
3.1.2 Sujeitos da Pesquisa	54
3.1.3 Caracterização Ética da Pesquisa	56
3.1.4 Etapas da Pesquisa.....	56

3.1.4.1 <i>Dados coletados em cada Etapa: Pré-intervenção</i>	58
3.1.4.2 <i>Dados coletados em cada Etapa: Intervenção</i>	59
3.1.4.3 <i>Dados coletados em cada Etapa: Pós-intervenção</i>	59
CAPÍTULO 4 – CONSTRUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL PARA ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN	61
4.1 PERCURSO METODOLÓGICO PARA ANÁLISE DE DADOS.....	61
4.1.1 Preparação para a intervenção: Desenvolvimento de material didático sobre educação sexual para alunos com síndrome de Down.....	64
4.1.2 A Intervenção: Curso de extensão: Desenvolvimento de material didático sobre educação sexual para alunos com síndrome de Down.....	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS.....	80
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	85
APÊNDICE B – Questionário semi-estruturado aplicado no início da Intervenção	86
APÊNDICE C – Materiais criados e adaptados juntamente com os professores.....	87
APÊNDICE D – Questão aberta respondida pelos professores após Intervenção.....	91
ANEXO A – Materiais disponibilizados pelo blog OcupaTEA traduzidos e apresentados aos professores	97
ANEXO B – Parecer consubstanciado do CEP	97

INTRODUÇÃO

O tema da inclusão tem repercutido em grande escala no campo educacional. Acolher alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) ainda é um desafio para as escolas, tanto na preparação de professores quanto em questões físicas e estruturais das instituições.

A educação inclusiva se baseia na defesa dos direitos de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação (BRASIL, 2007). A Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) expõe que as escolas que possuam a modalidade inclusiva, por obrigação devem reconhecer as diferentes necessidades de seus alunos e as atender, adaptando-se aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem ao mesmo tempo que asseguram que todos consigam atingir um nível de aprendizagem de qualidade (BRASIL, 1996). Segundo Mantoan (2003, p.28) a inclusão precisa se legitimar

[...] porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos. É o lugar que vai lhes proporcionar condições de se desenvolver e de se tornar um cidadão, alguém com identidade social e cultural que lhes confere oportunidades de ser e de viver dignamente.

As instituições de ensino necessitam de um suporte para a ação pedagógica adaptada a esses alunos, onde eles consigam acompanhar o restante da turma, propiciando a troca de experiências e valorizando a diversidade.

A Lei n. 8.069/90, Art. 55, do Estatuto da criança e do adolescente (ECA), determina o direito à educação de todas as crianças, onde “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. O mesmo também garante o direito à igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, sendo o ensino fundamental obrigatório e gratuito (BRASIL, 1990). E no art. 5 do ECA também pondera que: “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação [...]”.

A Declaração de Salamanca (UNESCO,1994) criada na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca-Espanha em 1994, não tem efeito

de lei, porém afirma que todas as crianças, jovens e adultos que durante a sua vida escolar apresentem alterações no processo de aprendizagem sejam elas temporárias ou permanentes, também devem receber atendimento especializado e devem ser atendidas no mesmo ambiente de ensino que todos os demais. Ou seja, todos devem aprender juntos, sempre que possível.

As necessidades educacionais especiais incluem, além dos sujeitos com deficiências, também aqueles que passam por dificuldades temporárias na escola, como repetir continuamente os anos escolares e demais questões sociais do indivíduo. A Declaração de Salamanca e a Constituição Federal de 1988 também apontam o direito ao atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência na rede regular de ensino (Art. 208, inciso III) (BRASIL, 1988).

Em 1999, o Decreto n. 3.298 regulamenta a Lei n. 7.853/89, que discute o apoio às pessoas portadoras de deficiência¹ e a sua integração social, garantindo que os mesmos possuam a capacidade de se integrarem no sistema regular de ensino. A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular e conferindo a integração social.

Apesar da Declaração universal dos direitos humanos em 1948, da Conferência mundial de educação para todos em Jomtien, Tailândia em 1990 e da Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais em Salamanca-Espanha em 1994 terem afirmado e reafirmado o direito à educação para todas as pessoas, independentemente de suas diferenças individuais, a exclusão da pessoa com necessidades especiais, ainda é uma constante em nossa sociedade.

A inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais é necessária e de grande importância, porém muitas vezes, é entendida de maneira equivocada e errônea. Como por exemplo, não basta apenas inserir/colocar alunos

¹ Termo “portadores” caiu em desuso, pois incita um estigma caracterizando a pessoa a sua deficiência gerando discriminação.

com necessidades educacionais especiais em turmas regulares, desta forma estes alunos estão somente *depositados* no ambiente escolar, a inclusão de fato não acontece dessa forma. A inclusão não significa simplesmente matriculá-los na classe regular, mas sim se dá de forma em que a comunidade escolar deve se adaptar ao aluno com necessidades e não ao contrário. Deve proporcionar aos alunos uma equiparidade, assegurando a todos as mesmas oportunidades. Além dos documentos já citados, baseamo-nos, também, na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 (BRASIL, 2008), a qual traz diretrizes que se baseiam em política pública voltada a promover à inclusão escolar.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em 2009, que foi aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), estabelece no artigo 24, que os Estados devam assegurar a educação inclusiva em todos os níveis de ensino, aonde pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional e tenham acesso ao ensino fundamental de qualidade e gratuito. Segundo Mantoan (2003, p.16), há diferenças entre incluir e integrar os alunos com necessidades educacionais especiais, a autora pondera que “objetivo da integração é inserir um aluno ou um grupo de alunos que já foram anteriormente excluídos. E a inclusão, ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar”.

Para Mantoan (2003) a inclusão é incompatível com a integração, pois a inclusão vem do verbo incluir, significa compreender e “prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática, garantindo a todos os alunos, sem exceções, frequentar as salas de aula do ensino regular” (MANTOAN, 2003, p.16). A integração vem do verbo integrar e refere-se à inserção escolar de alunos com necessidades especiais em escolas regulares, oferecendo ao aluno a oportunidade de transitar no sistema escolar, da classe regular ao ensino especial. No entanto, nada adiantará inserir o aluno especial dentro da escola regular sem assegurar-lhe o seu progresso escolar. Diante desse contexto da inclusão, entende-se que cabe ao ensino superior qualificar os professores, prepará-los e adaptá-los para que eles possam oferecer uma educação de qualidade a todos.

Visto que a educação inclusiva constitui um novo parâmetro educacional baseado na concepção dos direitos humanos e constituição da cidadania, proporcionando o reconhecimento das diferenças, o presente trabalho teve como principal objetivo desenvolver um material de apoio sobre educação sexual para alunos com síndrome de Down e como objetivos específicos, investigar como os professores da rede especial de ensino realizam a educação sexual de alunos com síndrome de Down e sintetizar os principais referenciais normativos sobre educação sexual e especial.

A educação sexual (ES) deve ser considerada em conta no processo de inclusão de pessoas com Necessidades educacionais especiais (NEE), pois subestimar os direitos seria excluí-los. Esse entendimento ou conhecimento proporciona interação social, autoconhecimento, confiança e proteção. Necessita-se abordar o tema da Educação sexual com este público, a fim de realizar uma aprendizagem adequada aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que inserem a Orientação Sexual dentre os temas integradores (anteriormente chamados de transversais) que devem ser tratados no Ensino Fundamental. Os temas integradores apresentam um compromisso com a construção da cidadania, liberdade, autonomia, política e a prática de princípios éticos. Propõem que a escola deva informar e discutir os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade, preenchendo lacunas nas informações que a criança possui, ao propiciar informações atualizadas do ponto de vista científico, o que possibilita ao aluno desenvolver atitudes coerentes com os seus valores. Porém, fica a critério das escolas incluírem ou não a temática em seus currículos, visto que trabalhar com Educação sexual não se limita apenas em questões biológico-reprodutivas, a escola deve formar cidadãos críticos e conscientes quanto a sua sexualidade. De acordo com Cardoso (2016, p. 3) “O significado da Orientação Sexual está em propiciar, aos alunos, os conhecimentos adequados sobre as questões da sexualidade, a fim de que eles possam viver de forma segura e responsável [...]”.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um instrumento para estruturação de currículos nas escolas. Na BNCC a sexualidade é apresentada no

currículo do 8º ano do ensino fundamental para a disciplina de Ciências. Orienta que o tema sexualidade deve ser contemplado em um aspecto biológico, sociocultural, afetivo e ético. Abordar a sexualidade no âmbito escolar é um desafio, ainda mais em escolas de ensino especial. É um tema cercado de preconceitos e resistências, não é bem vista pela sociedade e há vários entraves na comunidade escolar. E para a abordagem a formação de professores merece é um aspecto que merece ênfase quando se trata de sexualidade, visto que por muitas vezes é associada e limitada puramente às relações sexuais.

De acordo com Almeida (2008) a sexualidade faz parte dos três tabus universais do homem: sexo, vida e morte. Falar sobre sexualidade de pessoas com deficiência intelectual, Síndrome de Down, é ainda mais difícil, pois muitas vezes são vistos pela sociedade como seres infantilizados e desprovidos de sexualidade. Para Maia (2014, p. 3):

A sexualidade se manifesta ao longo de toda a nossa vida, desde que nascemos, na infância, na adolescência, na juventude, na vida adulta, na maturidade e no envelhecimento. A forma como isso ocorre varia de pessoa para pessoa e de diferentes condições vinculadas a diferentes contextos, como, por exemplo, o contexto social e econômico (diferentes culturas e momentos históricos), o contexto familiar (valores morais e religiosos), o contexto subjetivo (questões emocionais e cognitivas), entre outras.

De modo geral a sexualidade das pessoas com deficiência é igual a das pessoas sem deficiência, elas amam e são amadas, têm amigos, crenças, histórias e sentimentos. As curiosidades dos adolescentes a respeito da sexualidade são questões muito significativas para a subjetividade. A satisfação dessas curiosidades contribui para que o desejo de saber seja impulsionado ao longo da vida, enquanto a não satisfação gera ansiedade, tensão e, eventualmente, inibição da capacidade investigativa.

A educação Sexual (ES) para alunos com deficiência intelectual (DI), decorrente da Síndrome de Down (SD), apresenta vários obstáculos, pois muitos professores não se sentem aptos para a abordagem, e muitas vezes, carregados de tabus e preconceito. Moreira (2011, p. 43) afirma que “as manifestações da pessoa com deficiência intelectual são frequentemente tidas como indesejáveis,

exacerbadas ou até inexistentes, constituindo motivo de apreensão na família ou na escola.” Há existência de estereótipos e preconceito por parte de familiares.

É necessário desmistificar a sexualidade destes para a sociedade e para as próprias pessoas com SD, desenvolvendo programas de educação sexual. Para um aprofundamento dos estudos sobre educação sexual com este público, propomos uma pesquisa de caráter qualitativo, a fim de responder a nossa questão norteadora: *Como é possível elaborar em conjunto com os professores materiais adaptados para abordar educação sexual para alunos com síndrome de Down?*

Para tentarmos responder a esta questão, visto que, o objetivo geral foi desenvolver um material de apoio sobre educação sexual para alunos com síndrome de Down, realizamos uma pesquisa qualitativa que foi aplicada nas instituições de ensino especial, ASSARTE (Associação Artesanal do Excepcional de Ponta Grossa) e APAE- (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) das cidades de Ponta Grossa e Carambeí – PR, respectivamente. Durante a pesquisa, ofertamos um curso de extensão aos professores participantes, que por meio deste, elaboramos um material adaptado aos alunos com síndrome de Down. Como objetivos específicos tínhamos que investigar como os professores da rede especial de ensino realizam a educação sexual de alunos com síndrome de Down e sintetizar os principais referenciais normativos sobre educação sexual e especial. Apoiando-nos em Maia (2001, 2005, 2006, 2014, 2015, 2016), Maia e Ribeiro (2009), Altmann (2003), Vitiello (1995), Ribeiro (1990), Cardoso (2016), entre outros, como referencial teórico.

No corpo do trabalho, apresentamos no capítulo 1, a educação especial e seus ideais, explicamos como ocorre a síndrome, para, então conceituar a sexualidade e educação sexual de pessoas com síndrome de Down. Na sequência, capítulo 2, abordamos a formação de professores da rede especial de ensino e se possuem instrumentalização para abordar educação sexual com seus alunos, seguido por propostas de metodologias para a abordagem. Posteriormente, no capítulo 3, trazemos a fundamentação teórica e metodológica para coleta e análise dos dados, o curso de extensão ofertado aos professores: *Desenvolvimento de material didático sobre educação sexual para alunos com síndrome de Down*, e

finalmente no capítulo 4, o produto do curso, os materiais adaptados e criados para a educação sexual.

Para ter melhor compreensão, dividimos a pesquisa em cinco etapas, as quais podemos observar com mais detalhes em *3.1.4 Etapas da pesquisa*. As três primeiras consistiam em investigações e preparação para a intervenção.

A Etapa um consistiu em conhecer o campo da pesquisa. Na Etapa dois, foi realizado um encontro para aplicação dos questionários, a fim de saber dos professores como é realizada a educação sexual de seus alunos com síndrome de Down. A Etapa três se deu para analisar os questionários e preparar a intervenção.

Na Etapa quatro houve a intervenção com os professores, para isso realizamos um curso de extensão intitulado *Desenvolvimento de material didático sobre educação sexual para alunos com síndrome de Down*, em que discutimos o tema sexualidade proporcionando, dessa forma, troca de conhecimentos e experiências entre os professores que atuam com alunos com síndrome de Down. Nesta Etapa elaboramos, juntamente com os professores, estratégias para realizar a educação sexual para estes alunos. Dentre as estratégias, criamos e adaptamos materiais já existentes com a intenção de enriquecer a abordagem com o público-alvo. A quinta Etapa consistiu na pós-intervenção, onde ocorreu a devolutiva das estratégias didáticas.

Para a análise dos dados utilizamos a proposta de Bardin (1997), que organiza a interpretação em: “a) A pré-análise; b) a exploração do material; c) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (BARDIN, 1997, p. 95). Por meio do tratamento dos dados, podemos investigar como os professores realizam a educação sexual de seus alunos com síndrome de Down, e desenvolver estratégias para que realizem a educação sexual dos seus alunos com síndrome de Down.

CAPÍTULO 1: EDUCAÇÃO INCLUSIVA, EDUCAÇÃO SEXUAL E SÍNDROME DE DOWN

O ensino superior é um dos pontos cruciais para a implementação da inclusão, pois é no ensino superior que os professores deverão ser qualificados para oferecer uma educação igualitária e de qualidade.

De acordo com Bueno (1993, p13), “dentro das atuais condições da educação brasileira, não há como incluir crianças com necessidades educativas especiais no ensino regular sem apoio especializado, que ofereça aos professores dessas classes, orientação e assistência”. Bueno (1993) também traz que as instituições devem refletir sobre o contexto social e histórico proporcionando um preparo aos futuros docentes para que tenha na formação o mínimo de conhecimentos para atuar com estes alunos.

Voivodic (2004, p.21) afirma que a inclusão não deve ser vista como um modismo, “A educação inclusiva não surgiu por acaso. É fruto de um momento histórico e faz parte de um sistema social e econômico em transformação”.

Por anos as pessoas com necessidades especiais não possuíam direitos, suas vontades e opiniões eram ignoradas. E se tratando de sexualidade, baseando-nos no referencial que aqui será exposto, por vezes, estas pessoas são entendidas como assexuados, e por outras vezes hiperssexuados. Mas antes de adentrarmos na temática da sexualidade de pessoas com Síndrome de Down, abordaremos a seguir as características da Síndrome e como realizar a educação sexual das mesmas, respeitando e efetivando a inclusão destas pessoas à sociedade e considerando que a sexualidade não é restrita a indivíduos adultos e sem deficiência.

No capítulo 2, iniciamos abordagem sobre a formação de professores da rede especial de ensino e se possuem instrumentalização para abordar educação sexual com seus alunos, seguido por propostas de metodologias para a abordagem.

1.1 SÍNDROME DE DOWN

A Síndrome de Down (SD) é causada por um erro genético, tem esse nome devido a uma homenagem ao médico inglês John Langdon Down, que descreveu um grupo distinto de pessoas com comprometimento intelectual, registrando-o ao caracterizar detalhes fenotípicos clássicos da síndrome de Down (VOVODIC, 2013).

A SD é uma cromossomopatia, causada pela trissomia do 21. É explicado por um desequilíbrio na constituição cromossômica, uma mutação numérica, pois há presença de um cromossomo a mais no par 21, ou seja, um cromossomo a mais no cariótipo fazendo com que o número total de cromossomos na SD seja 47 e não 46 como das pessoas sem a síndrome. A ocorrência da síndrome no Brasil é em média de um a cada 700 nascimentos².

Maia e Ribeiro (2009) relatam que há três tipos possíveis de erros genéticos na SD. A maioria das vezes ocorre a trissomia livre, nas demais pode ocorrer o mosaicismos, que mescla células trissômicas e células normais; e também, de modo mais raro, a translocação quando um *pedaço* do cromossomo 21 se descola e adere em outros cromossomos. A síndrome de Down tem origem genética e provoca o desregulamento do metabolismo, resultando em uma produção exagerada de proteínas e outros problemas como a deficiência intelectual.

Segundo a Associação Americana de Deficiência intelectual (AAMR) e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), pode-se definir deficiência mental (atualmente chamada de deficiência intelectual) como o estado de redução notável do funcionamento intelectual, condição na qual o cérebro está impedido de atingir seu pleno desenvolvimento, prejudicando a aprendizagem e a integração social do indivíduo. Segundo ao manual (DSM-V, 1992, p.33) a deficiência intelectual está associada a limitações como “[...] comunicação, cuidados pessoais, competências domésticas, habilidades sociais, utilização dos recursos

² federacaodown.org.br/index.php/sindrome-de-down/

comunitários, autonomia, saúde e segurança, aptidões escolares, lazer e trabalho." A deficiência intelectual deve ocorrer antes dos 18 anos, caracterizando assim um transtorno do desenvolvimento e não uma alteração cognitiva como é a demência. É preciso que haja vários sinais para que se suspeite de deficiência intelectual.

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V, 1992, p.33).

A deficiência intelectual pode ser caracterizada por um quociente de inteligência (QI) inferior a 70, média apresentada pela população, conforme padronizado em testes psicométricos ou por uma defasagem cognitiva em relação às respostas esperadas para a idade e realidade sociocultural, segundo provas, roteiros e escalas, baseados nas teorias psicogenéticas.

Não se sabe ao certo o que provoca a Deficiência Intelectual, porém, segundo Grossman (1977 apud Kirk; Gallagher 1991, p. 127) foi identificado pela Associação Americana de Deficiência Mental (AAMR) nove prováveis agentes causadores da deficiência intelectual são elas: "infecção e intoxicação; trauma ou agente físico; metabolismo ou nutrição; doença mental grave; influência pré-natal desconhecida; anormalidade cromossômica; distúrbios de gestação; retardo decorrente de distúrbio psiquiátrico e influências ambientais".

Devido à Deficiência Intelectual o aluno com Síndrome de Down apresenta dificuldade no seu modo de receber e processar a informação e, portanto, é fundamental trabalhar de forma adaptada. Segundo Honora e Frizanco (2008), os indivíduos com DI apresentam dificuldades nas áreas motora, cognitiva, comunicativa e socioeducacional. Para se trabalhar com este público é necessário dar instruções claras e precisas, pouco numerosas, começar com tarefas que requeiram pouco tempo de execução, a fim de que o tempo de atenção exigido para realizar a atividade seja breve, porém, eficiente para a busca da aprendizagem. Conforme o interesse do educando for aumentando coloca-se atividade de maior complexidade, respeitando os limites de aprendizagem.

1.2 EDUCAÇÃO SEXUAL PARA SÍNDROMICOS DE DOWN: O PRINCÍPIO

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) inserem a Orientação Sexual dentre os temas integradores a serem tratados no Ensino Fundamental. Os

temas transversais propostos pelos PCN apresentam um compromisso com a construção da cidadania, liberdade e autonomia, a prática de princípios éticos, como já mencionado. Deve informar, discutindo diferentes crenças e desmistificando preconceitos naturalizados na sociedade.

É imprescindível abordar educação sexual com pessoas com necessidades educacionais especiais, a fim de realizar uma aprendizagem adequada aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ignorar o tema integrador (Orientação sexual) proposto pelos PCN, quando se trata de alunos com SD, é menosprezar a inclusão dos mesmos. É o mesmo que considerá-los como pessoas assexuadas que não irão precisar de uma orientação sexual pelo simples motivo de possuírem deficiência intelectual, limitando a sexualidade á adultos sem deficiência. Os PCN fazem menção à relevância da Orientação Sexual no ensino regular, porém não é citado à importância desta orientação direcionada á alunos com deficiência. Entende-se então que, as políticas educacionais foram projetadas a alunos sem deficiências, excluindo alunos com necessidades educativas especiais.

Maia (2005, p.32) *apud* Maia e Ribeiro (2009, p.23) descreve o primeiro mito em relação à sexualidade como sendo “[...] a ideia de que as pessoas com deficiência não têm sexualidade, isto é, são assexuadas, angelicais. Daí vem uma ideia de deficiência relacionada à infância e, portanto, à pureza.” A autora citada vem esclarecer esse mito deixando claro que o aluno Down tem sua sexualidade como qualquer outra pessoa. Ela ainda acrescenta que o Down deve ser respeitado para que possa amadurecer e desenvolver-se como qualquer outro jovem, deixando fluir seus desejos sexuais.

O desenvolvimento orgânico sexual na Síndrome de Down frequentemente ocorre com mudanças lentas, mas, apesar disso, muitas adolescentes apresentam menarca na idade habitual e períodos menstruais com fluxo normal. Possuem uma redução na capacidade cognitiva, devido à deficiência intelectual, ou seja, o corpo se desenvolve normalmente e responde aos estímulos hormonais e fisiológicos. Portanto, eles não são desprovidos de sexualidade. Investigação feita pela Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down

(SHIAVO, 1999) com 383 pessoas com a síndrome revela que a maioria desejava namorar e casar-se, mas o desejo de ter filhos era raramente mencionado. As limitações dos deficientes intelectuais são muitas vezes confundidas como fatores incapacitantes.

As autoras Glat e Freitas (2007, p.18) relatam que pessoas com deficiência intelectual, muitas vezes, apresentam comportamentos sexuais inapropriados por não terem tido acesso a informações que tratassem deste assunto.

[...] pessoas com deficiência intelectual exibem comportamentos sexuais inapropriados, ou são sexualmente inativas ou inibidas, por não lhes ter sido dada uma educação e orientação sexual adequada, ou pelo menos, a oportunidade de “aprender na vida”, como os demais.

Esses comportamentos inapropriados podem ser consequência de uma educação sexual falha ou inexistente, a partir disso nos surge um questionamento: Se expostos a uma boa educação sexual estes alunos deixariam de manifestar atitudes inapropriadas? Acreditamos que sim. Munir os indivíduos com informações, trabalhar com suas concepções sobre sexualidade e rever tabus provavelmente refletirá em seu comportamento.

Almeida (2008, p. 6) diz que “durante a puberdade o aumento dos impulsos sexuais e o desenvolvimento de características sexuais secundárias apresentam problemas para o deficiente intelectual” podendo resultar em comportamento sexual inapropriado. E Vitiello (1997, p. 36) traz que a puberdade é um “comportamento orgânico da adolescência, o indivíduo volta suas atenções para as mudanças do corpo e concentra suas energias nos processos psíquicos de perda do corpo infantil e de aceitação das novas formas [...]”. Por isso muitos adolescentes com deficiência intelectual tendem a mostrar seu corpo, a fim de mostrar que estão amadurecendo fisicamente. Essa é a maneira de requerer um tratamento diferente do que é dado às crianças. Na tentativa de criar uma identidade adulta, muitas vezes tiram as roupas para mostrar as modificações do seu corpo de uma forma saudável, porém, sem limites, desordenada e impulsiva.

Mantoan (2003, p. 38) pontua que, “ensinar atendendo as diferenças não resulta em mudar a forma de ensinar a criança com deficiência, mas de aperfeiçoar

uma nova técnica pedagógica integradora, tal que atenda as diferenças de todos os alunos”, significa que a educação sexual de pessoas com síndrome de Down deve ser realizada de forma a atender e respeitar os limites e as formas em que eles aprendem forma esta que será diferente das pessoas sem deficiência.

A sexualidade é inerente ao ser humano, nascemos sexuados e ao passar dos tempos construímos a nossa sexualidade. Segundo Egypto (2003, p. 15 e 16) *apud* Organização Mundial de Saúde (OMS) (1975, p. 295).

A sexualidade forma parte integral da personalidade de cada um. É uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado dos outros aspectos da vida. Sexualidade não é sinônimo de coito e não se limita à presença ou não do orgasmo. Sexualidade é muito mais do que isso, é a energia que motiva a encontrar o amor, o contato e a intimidade e se expressa na forma de sentir, na forma de as pessoas tocarem e serem tocadas. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e tanto a saúde física como a mental. Se a saúde é um direito humano fundamental, a saúde sexual também deveria ser considerada como um direito humano básico.

Assim sendo, a sexualidade não é unicamente o ato sexual, ela abrange a afetividade, as interações consigo e com outros, bem-estar e auto-estima. Para Bonfim (2012), a educação sexual envolve psicologia, filosofia, história, sociedade, afetividade e a ética, não apenas a biologia. A sexualidade envolve nossa história, costumes, religião, relações afetivas, enfim, nossa cultura.

Mas afinal, há diferenças entre os termos Orientação sexual e Educação sexual? Autores como Vitiello (1994), Jesus (2005) e Cavalcanti (1993) vêm discutindo definições para Educação e Orientação sexual. Para Cavalcanti (1993, p. 168) Educação sexual pode ser definida como um “[...] processo de socialização em que as pessoas transmitem a cultura sexual às novas gerações com o objetivo de integrá-las ao contexto cultural de seu grupo... [levando-as] à mudança, segundo seus próprios modos de pensar, sentir e agir”.

Orientação sexual para Vitiello (1997, p. 95) consiste em um “[...] mecanismo mais elaborado, segundo o qual baseando-se na experiência e nos seus conhecimentos o orientador ajuda o orientando a analisar diferentes opções, tornando-o assim apto a descobrir novos caminhos”. O orientador, assim como o educador sexual, repassa seus conhecimentos sobre o assunto, experiências e vivências. Compartilha de seus conhecimentos. Para Jesus (1999, p. 456)

Independente do termo usado, educação ou orientação sexual, a ação poderá ser a mesma, caso a postura do educador e seus objetivos sejam os mesmos”, ou seja, “se a pessoa for vista como sujeito, livre para pensar, sentir e agir frente aos novos conhecimentos, durante as ações educativas.

Segundo estes conceitos acreditamos que a educação sexual ou orientação sexual deve ser um processo criterioso, pois dependendo da preparação do orientador ou educador sexual conceitos errôneos e preconceituosos podem ser transmitidos e disseminados. Leme e Cruz (2008, p. 32) ressaltam que “por educação sexual entendem-se todas as atitudes e informações obtidas na área da sexualidade durante a vida do indivíduo, obtidas pelo ambiente familiar ou outros sociais e meios de comunicação”. Por isso, a postura e preparo do educador ou orientador contará muito neste processo educacional, pois os educandos devem ser vistos como pessoas livres para ser, pensar e agir sem que haja julgamentos. Para esta pesquisa, adotaremos o conceito de Jesus (1999), pois o que realmente importa é contribuir de forma efetiva propiciando a criticidade para o processo educativo.

A educação sexual é um processo contínuo que abrange a nossa vida toda, estamos constantemente aprendendo através das relações sociais e tirando proveito para nos aprimorarmos como pessoa. Por meio da educação sexual aprendemos a respeitar e a exigir respeito, a se cuidar e a cuidar do outro. Bonfim (2012, p. 33) comenta que:

[...] educação sexual é, antes de tudo, uma prática ou ação de transmissão de conhecimentos, representações, valores e práticas, ou seja, é essencialmente uma forma de educação. E como prática educacional é uma questão cultural, histórica e social, seu entendimento é marcado pelas mudanças ocorridas no modo e produção basilar da sociedade, envolvendo, além da dimensão biológica, a subjetividade, a afetividade, a ética, o desejo, a religiosidade, entre outras dimensões. A educação sexual é um processo educativo que possibilita a formação de valores e atitudes referentes à forma como vivemos nossa sexualidade.

Maia (2015) e Altmann (2003) ressaltam a importância de a orientação sexual ultrapassar as concepções médico-higienistas. Destacam também que a abordagem da temática não pode ser somente responsabilidade do professor de ciências e biologia, mas de todos. E esta abordagem da sexualidade não deve se restringir somente à reprodução. Para Maia (2015) a educação sexual deve ser

realizada de maneira contínua e considerando o contexto social do indivíduo para a aquisição de comportamentos considerados adequados e a redução da vulnerabilidade. Os professores não precisam dominar conhecimentos específicos sobre sexualidade para poder realizar a Educação sexual, não é necessário fugir de sua disciplina para isso, é preciso inserir o tema em suas aulas assim que possível. Com o material que aqui será proposto, a educação sexual de alunos com síndrome de Down perpassará às questões medicas-higienistas, adentraremos em questões sociais como assédio e privacidade.

Segundo Maia (2006, p.235), os programas de educação sexual deveriam partir da necessidade dos deficientes (temas de interesse, dúvidas mais frequentes), ter objetivos apropriados e estratégias metodológicas que garantam um aprendizado efetivo.

[...] deveriam criar um espaço para que as pessoas com deficiência possam entender e refletir, na medida do possível, sobre as informações recebidas e sobre os conhecimentos adquiridos. Melhor dizendo, os objetivos do programa devem ter relação com a vida prática, cotidiana dos deficientes para que ele seja eficaz, garantindo as dimensões preventiva, educativa, prazerosa e humana.

De acordo com os resultados obtidos no trabalho de Santos (2011) realizado com oito pais de alunos de classe especial concluiu-se que três destes achavam importante que seus filhos tivessem uma educação sexual na escola e cinco achavam isso inapropriado. Desses cinco pais que achava inapropriada a educação sexual na escola, dois deles temiam comportamentos sexuais inapropriados em público, gravidez indesejada e até doenças sexualmente transmissíveis, como consequência de falar sobre sexualidade. Dos cinco, três achavam que essa educação sexual poderia aguçar ainda mais o interesse de seus filhos por sexo.

Muitos pais e professores não acham viável criar um programa de educação sexual que envolva os alunos especiais. Pensam que como a maioria desses alunos não vai ter vida sexual ativa, não precisará ter acesso à informação. Ainda sobre o trabalho de Santos (2011) muitos pais e professores acreditam que falar de sexo poderia ainda mais suscitar a curiosidade e ser ainda mais difícil de controlar os comportamentos sexuais inadequados desses indivíduos. Ora os

deficientes intelectuais são vistos como assexuados e ora vistos como hiperssexuados, com desejos considerados exacerbados. Voivodic, (2013, p. 153) ressalta que

É importante trabalhar com as famílias num projeto de inclusão, porque o contexto onde a criança precisa estar incluída é na sua própria família, o que, pela própria dificuldade que os pais têm em aceitar a deficiência da criança, nem sempre ocorre.

Muitos educadores acreditam que não tem condições de aprender nada principalmente quanto à sexualidade, por serem mais lentos. Logo se faz necessário que a família e o corpo escolar estejam preparados para suprir as dúvidas com relação à sexualidade, pois os adolescentes com Síndrome de Down manifestam sua sexualidade da mesma forma que os demais, se masturbam, querem beijar, namorar, podem ter uma vida sexual ativa, satisfatória e um relacionamento afetivo. Por isso é necessário que os educadores estejam preparados para abordar essa temática e que possam propiciar aos alunos conhecimentos adequados sobre as questões da sexualidade, para que possam viver de forma segura e responsável.

Almeida (2008, p. 6) propõe que as famílias tenham “um espaço para explorar seus temores, suas resistências, rejeições, negações e ansiedades relacionadas à sexualidade do adolescente e precisam de orientação específica para traçar planos futuros para a nova etapa de vida de seu/sua filho/a.” A participação da família no ambiente escolar é fundamental no processo de inclusão, pois a família é o suporte da criança, é de onde virá os princípios para a construção da sua personalidade. Maia e Ribeiro (2009, p. 24) ressaltam que

Acreditar que essas pessoas não têm sexualidade é um modo de desconsiderar a possibilidade de expressar o direito de viver o erotismo humano, a afetividade, relacionamentos amorosos e ou sexuais e ainda construir família e exercer a maternidade e paternidade.

Classificá-las como assexuadas é negar-lhes o direito de viver a sua sexualidade. Nega-se o direito que outras pessoas sem deficiência têm de constituir suas famílias, reforçando a ideia de infantilização.

Segundo Bonfim (2012), um indivíduo com deficiência intelectual não pode ser privado do convívio social, mas deve ser orientado quanto à sua

sexualidade. A orientação facilitará a identificação de um possível abuso sexual. Maia (2014, p. 7) preconiza que

Crianças bem informadas tendem a perceber e se proteger mais da violência. Além disso, tendem a não reproduzir comportamentos de discriminação e violência, sofrer com a necessidade de corresponder aos padrões estéticos etc. Uma educação sexual sólida e respeitosa na infância ajuda os adolescentes a lidarem melhor com seus corpos e dúvidas promovem a emancipação de adultos e idosos que poderão vivenciar plenamente sua sexualidade e assumir o relevante papel como educadores sexuais.

A educação sexual vai além de informar sobre sexo. Uma boa educação sexual faz com que as crianças e adolescentes entendam e se protejam contra a violência sexual, além de formar indivíduos críticos que se manifestam contra o machismo, misoginia e qualquer tipo de discriminação. A educação sexual protege, rompe estereótipos, emancipa e impede a disseminação de informações errôneas e reprodução de preconceitos. É importante que o corpo escolar esteja preparado para abordar a sexualidade a fim de promover a inclusão. Glat (1993, p.43) *apud* Luiz (2007, p. 220) afirma que

Profissionais que trabalham com pessoas com deficiência mental [sic] exercem forte influência sobre elas, são formadores de opinião, e reproduzem a concepção que a sociedade tem sobre deficiência mental. A imagem que a pessoa tem de si e de seu corpo é determinado por conceitos, ideias, valores que o grupo social lhe atribui. Assim, professores, pais e outras pessoas que convivem com pessoas com algum tipo de deficiência exercem influência sobre o que essas pessoas percebem de si próprias e do mundo.

Glat (1993, 43) *apud* Luiz (2007, p. 223) também pondera que “as opiniões e necessidades de pessoas com deficiência mental raramente são consideradas ao elaborar teorias a respeito de sua própria sexualidade e planejar programas de educação especial.” Em um programa de educação sexual, os alunos devem ser ouvidos para que suas dúvidas sejam sanadas. Cardoso (2016, p. 7) afirma que

A maior deficiência que as crianças, jovens e adultos com esta Síndrome de Down têm, não é a sua patologia clínica, sua competência cognitiva, seus transtornos motores ou sensoriais, mas sim pelo que vem de fora deles, exercida pela sociedade: a deficiência de respeito e compreensão.

Entende-se que a educação sexual, é de grande importância para os indivíduos com síndrome de Down, pois viabiliza o autoconhecimento principalmente na adolescência, que é um período de grandes inquietações. E que o tema sexualidade deve ser abordado, também na educação especial, visto que a sexualidade não pode ser desvinculada de outras perspectivas da vida.

1.3 EDUCAÇÃO SEXUAL PARA SÍNDROMICOS DE DOWN: A AÇÃO.

Como já mencionado anteriormente, na sociedade existe também a ideia de que pessoas com deficiência intelectual são hiperssexuados. Esta ideia foi construída a partir da observação de comportamentos considerados inadequados socialmente, como por exemplo, a masturbação pública e assédios. Muitas destas manifestações sexuais podem acontecer por não terem recebido uma orientação sexual adequada e efetiva. E devido ao comprometimento intelectual que os indivíduos com Síndrome de Down possuem, tendem a manifestar seus sentimentos e desejos sem pudor por não compreender, muitas vezes, que é um lugar público e que não é o momento adequado.

Já pela visão dos pais, muitos creem que seus filhos são assexuados, então acham que não há necessidade de educar sexualmente, pois falar sobre sexualidade poderá despertar o interesse pelo sexo. Esses pensamentos errôneos criam tabus e estereótipos em torno da sexualidade da pessoa com essa SD/DI, uma vez que, essas manifestações não podem ser justificadas e associadas à síndrome, mas sim à falta de orientação. Maia (2006, p. 230) enfatiza que

Supor que os adolescentes com deficiência devam ser privados de uma orientação sexual sistematizada para não despertar neles o interesse pelo sexo é uma crença sem fundamentos, pois qualquer jovem ou criança hoje recebe constantemente informações sobre sexo, através de colegas, conversas, meios de comunicação, principalmente pela televisão.

Maia (2001, p. 41) também destaca os receios e dificuldades que os pais apresentam em abordar o assunto, “há dificuldades no tratamento da sexualidade de seus filhos são expressos pelos pais através do silêncio, da repressão de sua

manifestação e mesmo da infantilização do comportamento dos adolescentes e adultos deficientes”.

Mas de que forma a Síndrome de Down interfere na sexualidade da pessoa? A SD não interfere na expressão da sexualidade do indivíduo, eles são capazes de sentir desejo, amor, carinho, de se relacionar, de ter uma vida sexual ativa e de ter amizades. Quanto ao desenvolvimento sexual de acordo com Silva (2011, p. 7)

No caso do sexo feminino, a fertilidade já é comprovada, já que existem vários episódios de reprodução entre as mulheres Down. Já no caso do sexo masculino, há contestação com relação à fertilidade. Mas o que não podemos negar é que ambos podem ter uma vida sexual ativa desde que recebam as devidas orientações por parte da família, escola e professores.

A deficiência intelectual que os indivíduos com SD possuem, não implica em impedimentos que o excluam da dimensão total de sua sexualidade. O amadurecimento do corpo biológico e o desenvolvimento das características sexuais de jovens com SD ocorrem do mesmo modo como nas pessoas que não a têm, porém, a expressão da sexualidade estará relacionada à capacidade cognitiva. Entretanto, a imposição social com preconceitos e estereótipos, dificulta a vida sexual e emocional dessas pessoas.

Maia (2016, p. 78) cita que diversos autores (Amor Pan, 2003; Anderson, 2000; Kaufman, Silverberg, & Odette, 2003; Maia & Ribeiro, 2010) afirmam que a sociedade disseminou ideais errôneas sobre a sexualidade da pessoa com DI, focaram nos comportamentos inadequados relacionando à deficiência. Essas crenças reproduzem preconceitos e não consideram o ser como um todo, como um ser social.

Mas como podemos contribuir na Educação sexual dos mesmos? Primeiramente devemos considerar que a Educação sexual tem diferentes dimensões em diversos aspectos da nossa vida. Werebe (1977), Vitiello, (1995), Ribeiro (1990), Cavalcanti (1993) *apud* Maia (2001, p. 37) “inclui aspectos biológicos, psicológico, social e ético, além de ser um processo amplo e que permeia a vida de toda a sociedade, de diversas maneiras e, frequentemente, é muito controverso”.

A forma que fomos educados influenciará muito neste processo, pois será repassado adiante aquilo que nos foi passado, muitas vezes haverá a necessidade de abandonarmos algumas concepções e adotarmos outras, para que o processo da ES seja significativo. Silva (2011) ressalta que para a visão distorcida em relação à sexualidade dos Down seja desfeita é necessário repensar em como abordar essa temática tão temida por pais e educadores. Maia (2006) também enfatiza que é necessário orientar a pessoa com deficiência a entender a sua sexualidade e como usufruir dela, desenvolvendo adequadamente interações com os outros.

Braga (2009, p.265) afirma que “a escola, que tem por função social a transmissão da aprendizagem formal, científica e organizada ainda apresenta inúmeras dificuldades em trabalhar a temática da sexualidade, em todos os aspectos [...]”. Por este motivo, ressaltamos a necessidade de investigar como está o trabalho de Educação/orientação sexual no ensino especial, e de que forma os professores estão abordando essa temática. Maia (2011, p. 212) exprime que, quando chegamos à escola,

[...] cada pessoa já carrega consigo os valores sexuais transmitidos pela cultura e sua concepção de sexualidade, que foi influenciada pela família e pelo grupo social do qual faz parte. Assim, a educação sexual escolar precisa não apenas orientar, ensinar, informar, mas também discutir, refletir e questionar esses valores e concepções de maneira a possibilitar que cada indivíduo tenha uma compreensão dos referenciais culturais, históricos e éticos que fundamentam sua visão de sexualidade e sua prática sexual.

A ES deve oferecer meios para que o indivíduo cresça intimamente, tornando-se um cidadão que vive sua sexualidade ao mesmo tempo em que respeita a coletividade. A ES deve abranger a orientação e a informação, deve ensinar e ouvir as concepções que o indivíduo possui a fim de compreendê-las e adequá-las assim que possível. Deve ser algo processual e planejado visando proporcionar reflexões, mudanças de atitudes e valores a fim de compreender a sexualidade como uma questão inerente ao ser humano que é social e político.

Maia (2011, p. 212) ressalta que na escola é o espaço mais propício para realizar a educação sexual, “[...] primeiro porque se começa a frequentar a escola já com seis anos de idade, e, idealmente, espera-se que o indivíduo nela permaneça até os dezoito anos, quando termina o Ensino Médio.” Ou seja, para a mudança de

atitudes, a ES é um processo de médio a longo prazo e durante a vida escolar dos alunos pode e deve ser realizada a fim de prepará-los para a vida em sociedade, adotando práticas preventivas e se constituindo cidadãos críticos e independentes. Ribeiro (1990, p. 20) *apud* Maia (2011, p. 213) ressalta que a ES desmistifica

[...] estereótipos sexuais (por exemplo, o machismo e a pré-determinação dos papéis sexuais em função de cada sexo; a dupla moral sexual; a discriminação social pelo fato de se ser mulher), através da procura do equilíbrio entre posições radicais de extrema moralidade ou vulgaridade.

A ES tem a ver com o direito da pessoa de receber informações sobre a sexualidade, que vá além das temáticas preventivas como saúde sexual e reprodutiva, mas que tenha como principal objetivo de indicar e abordar os principais tabus. Diante disso, a formação do educador é imprescindível. Faz-se necessário que o professor receba formação para realizar a ES, formação esta que abranja a abordagem histórica, científica, psicológica, cultural e social sobre a construção da sexualidade.

A educação sexual nas escolas deve abranger as temáticas preventivas para a saúde sexual e reprodutiva, mas também discussões sobre as relações sociais, direitos humanos e respeito à diversidade sexual. A educação sexual é um dos Direitos sexuais, os quais fazem parte dos Direitos Humanos. Díaz, Cabral e Santos (2004, p. 9) ressaltam em seu trabalho que “os Direitos sexuais, são direitos a uma vida sexual com prazer e livre de discriminação”, é o direito de

- [...] viver a sexualidade sem medo, vergonha, culpa, falsas crenças e outros impedimentos à livre expressão dos desejos.
- de viver a sua sexualidade independente do estado civil, idade ou condição física.
- a escolher o/a parceiro/a sexual sem discriminações; e com liberdade e autonomia para expressar sua orientação sexual se assim desejar.
- de viver a sexualidade livre de violência, discriminação e coerção; e com o respeito pleno pela integridade corporal do/a outro/a.
- praticar a sexualidade independente de penetração.
- a insistir sobre a prática do sexo seguro para prevenir gravidez não desejada e as doenças sexualmente transmissíveis, incluindo HIV/AIDS.
- à saúde sexual, o qual exige o acesso a todo tipo de informação, educação e a serviços confidenciais de alta qualidade sobre sexualidade e saúde sexual.

A ES previne de certa forma a violência sexual, pois faz com que a criança reconheça o assédio e o abuso sexual, assim ela pode pedir ajuda para

denunciar. A escola tem um papel muito importante na educação sexual dos alunos, visto que muitos casos de violência sexual acontecem em casa, por alguém da família ou próximo da criança, a escola serve como abrigo e proporciona apoio e proteção à criança.

Maia (2011, p. 215) cita a Assembléia Geral da World Association for Sexology (WAS), e descreve as ementas aprovadas para a Declaração de Direitos Sexuais, decidida em Valência, no XIII Congresso Mundial de Sexologia, em 1997. Estes direitos sexuais podem ser resumidos da seguinte maneira:

Direito à liberdade sexual, à autonomia sexual, integridade sexual e segurança do corpo, à privacidade sexual, à liberdade sexual, ao prazer sexual, à expressão sexual, à livre associação sexual, a escolhas reprodutivas livres e responsáveis, à informação baseada no conhecimento científico, à educação sexual compreensiva e à saúde sexual.

Todos, sem exceções, adultos e crianças possuem direitos sexuais, direito a integridade sexual, a dignidade, ao respeito pelas escolhas, pelos sentimentos e direito do seu corpo ser respeitado, temos direito a proteção e em optar viver a nossa sexualidade da forma que preferirmos. Maia (2011, p. 216-217) traz nesta mesma obra, metas para garantir a educação sexual crítica e emancipatória nas escolas entre elas estão:

- 1) a formação continuada de professores e professoras e agentes escolares dispostos a trabalhar com educação sexual em suas disciplinas. Esses cursos de formação não devem ser pontuais, mas sim amplos, formativos e com continuidade;
- 2) a parceria das escolas com a universidade e com os estudiosos em sexualidade e educação sexual buscando a formação especializada e a cooperação mútua das pesquisas com a extensão;
- 3) a incorporação e reconhecimento por parte das escolas de que a educação sexual integra-se ao projeto político e pedagógico reduzindo a vulnerabilidade de crianças e jovens e promovendo a saúde sexual e a convivência, com respeito à diversidade sexual;
- 4) a reflexão crítica sobre os materiais pedagógicos utilizados nas escolas, como livros, cartilhas, figuras e textos de modo que esses instrumentos pedagógicos não reproduzam a discriminação, os preconceitos sexuais, e a imposição de valores morais conservadores;
- 5) a garantia de que as escolas públicas são laicas e crenças religiosas não devem ser atreladas ao trabalho educativo do professor e da professora; ao mesmo tempo, uma vez se trabalhando com a educação sexual intencional, a garantia de respeito aos valores da família, religiosos e morais, ensinando e promovendo a autonomia do aluno e da aluna no que se refere ao acesso a informação reflexiva;
- 6) ações pedagógicas que incentivem para que as escolas reconheçam a sexualidade como um aspecto “essencial do ser humano e promovam o

debate constante entre os alunos e alunas, seus familiares, agentes escolares e a comunidade;

7) Utilizar materiais coerentes com o nível intelectual e desenvolvimento do educando bem como a análise crítica constante deste material que articule a orientação sexual com esferas individuais como auto-cuidado, direitos humanos, contrastes sociais, processos discriminatórios, violência, abuso e vulnerabilidade;

8) Assegurar que as diretrizes e ações propostas sejam elaboradas, planejadas e aplicadas em todos os níveis de ensino e que deverão estar contidas no Projeto Político-Pedagógico.

Sabe-se que estas metas traçadas por Maia (2011), constitui o ideal de ES, porém, não é o que acontece nas escolas em consequência ao preconceito e estigmas lançados pela sociedade à sexualidade. A família, por muitas vezes, não permite que seja realizada a educação sexual formal, pois acredita que a educação sexual consiste em ensinar sobre sexo. Não compreendem a sexualidade como um todo, que somos seres sexualizados desde o nosso nascimento até a nossa morte. Então a meta 6, sobre ações pedagógicas, proposta pela autora compreende uma das metas mais difíceis de concretizar, pois não depende somente do educador.

Sobre a primeira meta proposta pela autora, seria o ideal que profissionais da educação recebessem instrumentalização regularmente para abordar o tema sexualidade e se sobre sair em determinadas situações. É necessário um planejamento de um programa de ES, em que todos os envolvidos sejam ouvidos e considerados. A participação da família dos alunos é crucial, o programa de ES deve corresponder ao contexto da comunidade. Para Maia (2011) o orientador sexual deve estar preparado para lidar com questões polêmicas, deve estar provido de informações científicas atualizadas provenientes de fontes fidedignas, e quando o assunto fugir de sua especificidade ele deve recorrer a um especialista (médico, biólogo, sexólogo) para falar do assunto. Deve-se munir de diversos recursos, adequando-os à comunidade e respeitando o contexto. Os educandos devem ser responsáveis pelo programa criado, favorecendo assim uma maior interação e participação dos temas abordados.

A educação sexual deve ser plural onde haja o reconhecimento dos valores e diversidade de comportamentos associados à sexualidade. É inegável que a ES para um público tão específico como as pessoas com SD é algo complexo, porém é possível. Haverão muitas dificuldades por motivos psicológicos, sociais e

orgânicos relacionados à deficiência intelectual. Isoladamente a deficiência intelectual não é uma condição de impedimento, pois com a adaptação, respeito e compreensão a inclusão é possível e real.

CAPÍTULO 2: FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA REDE ESPECIAL DE ENSINO

No Ensino especial é necessária a adaptação para as diferentes necessidades individuais de cada educando, para isso os professores precisam estar habilitados para atuar de forma adaptada e inclusiva. Para a efetivação da educação inclusiva encontramos dificuldades, devido à falta de formação dos educadores, ainda mais se os educandos estiverem nas classes regulares de ensino.

Colocaremos em discussão aqui o ideal da implementação da Educação inclusiva *versus* a ausência ou a precariedade de formação dos educadores para trabalhar com esse público, constituindo uma problemática quanto à implantação da inclusão.

2.1 FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA REDE ESPECIAL DE ENSINO: O IDEAL DA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A formação de professores pode ser dividida em inicial e continuada. Inicial se dá na graduação em licenciatura e a continuada nos cursos de pós-graduação, extensão e aperfeiçoamento. São diferentes momentos da mesma formação, visto que esta formação nunca estará acabada, mas em permanente e contínuo processo. De acordo com Conselho Nacional de Educação (CNE) em seu 6º artigo, (BRASIL, 2002) durante a construção do projeto pedagógico dos cursos de formação dos docentes, dentre outros pontos, deverão ser consideradas:

A definição dos conhecimentos exigidos para a constituição de competências deverá, além da formação específica relacionada às diferentes Etapas da educação básica, propiciar a inserção no debate contemporâneo mais amplo, envolvendo questões culturais, sociais, econômicas e o conhecimento sobre o desenvolvimento humano e a própria docência, contemplando: I - cultura geral e profissional; II - conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais e as das comunidades indígenas; III - conhecimento sobre dimensão cultural, social, política e econômica da educação; IV - conteúdos das áreas de conhecimento que serão objeto de ensino; V - conhecimento pedagógico; VI - conhecimento advindo da experiência.

Como pré-requisito à inclusão ao Ensino regular, a LDB traz em seu artigo 59, (BRASIL, 1996) que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: [...] III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade, que aconteceu na Espanha, foi aprovada a “Declaração de Salamanca de Princípios, Políticas e Práticas das Necessidades Educativas Especiais e uma Linha de Ação” (UNESCO, 1994), aonde a formação de professores compõe a estrutura de ação para a inclusão e afirma que todas as crianças, jovens e adultos devem receber atendimento especializado e ser atendidas no mesmo ambiente de ensino que todos os demais.

O professor necessita de uma formação adequada, e com a aprovação da LDBEN n. 9.394/96 o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprova a Resolução 02/2001, que apresenta dois tipos de formação de professores para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais, que são os capacitados e os especializados.

Os capacitados são aqueles que atuam em classes regulares com alunos que apresentam qualquer necessidade educacional especial. Estes professores devem comprovar que em sua formação, médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial (BRASIL, 2001). Já os professores especializados em Educação Especial são considerados aqueles formados em cursos de licenciatura em Educação Especial ou em uma de suas áreas. O professor especializado também poderá ser formado em cursos de complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da Educação Especial, posterior à licenciatura (BRASIL, 2001), ou seja, segundo a Política Nacional de Educação Especial sob a perspectiva da educação Inclusiva (BRASIL, 2008 p.13) a formação pode ocorrer com a formação continuada.

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a

sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial. Esta formação deve contemplar conhecimentos de gestão de sistema educacional inclusivo, tendo em vista o desenvolvimento de projetos em parceria com outras áreas, visando à acessibilidade arquitetônica, os atendimentos de saúde, a promoção de ações de assistência social, trabalho e justiça.

De acordo com BRASIL (2002, p. 1) toda instituição deverá ter Art. 2º “[...] além do disposto nos artigos 12 e 13 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, outras formas de orientação inerentes à formação para a atividade docente, entre as quais o preparo para: II - o acolhimento e o trato da diversidade”.

A partir de 2002, instituiu-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (BRASIL, 2002, p. 3) que todos os cursos de licenciatura devem introduzir disciplinas do campo da educação especial em seus cursos como obrigatoriedade curricular.

§ 3º A definição dos conhecimentos exigidos para a constituição de competências deverá, além da formação específica relacionada às diferentes Etapas da educação básica, propiciar a inserção no debate contemporâneo mais amplo, envolvendo questões culturais, sociais, econômicas e o conhecimento sobre o desenvolvimento humano e a própria docência, contemplando:

II - conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais e as das comunidades indígenas;

Foram introduzidas disciplinas específicas da área da educação especial nos cursos de formação inicial de professores, garantidas ou determinadas através da Resolução CNE/CP nº. 1 de 18 de fevereiro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena.

Para o exercício da docência na Educação especial, as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial (BRASIL, 2009, p. 3), pontua que “para atuação no Atendimento Educacional Especializado (AEE), o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação

Especial". E no art. 13, no mesmo documento (BRASIL, 2009, p. 3), encontramos as seguintes atribuições do professor AEE:

- I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

A formação continuada e cursos com ênfase na temática (compreende a pós-graduação, cursos de extensão e aperfeiçoamento em Educação especial, que são os especializados) é a maneira que possibilita os professores a atuarem no AEE.

A Resolução nº. 1 das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia – Licenciatura (BRASIL, 2006) determinou a extinção das habilitações no AEE dos licenciados em pedagogia, inclusive no campo específico da educação especial, devendo esta formação ocorrer em nível de pós-graduação ou outras formas de formação continuada. Bridi (2011, p. 5) destaca que “Com esta resolução, a tendência é que se acentue cada vez mais uma política de formação continuada e de ampliação dos cursos de pós-graduação”.

Michels (2008) afirma que na modalidade da Educação especial, a formação continuada tem sido a forma mais comum de formar professores para atuar com alunos da educação especial. Um bom profissional é aquele que possui bom desenvolvimento, sensibilidade e empatia trabalhando com alunos com necessidades educacionais especiais, priorizando a inclusão destes na sociedade.

2.2 EDUCAÇÃO SEXUAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES QUE ATUAM NA REDE ESPECIAL DE ENSINO

A sexualidade faz parte do cotidiano das pessoas, nas conversas e relacionamentos, nas mídias como televisão e internet. A escola é um espaço de trocas de conhecimentos e socialização, onde as crianças e adolescentes passam grande parte do dia. É comum que no ambiente escolar questões sobre sexualidade aflorem e a nossa missão como professores é formar cidadãos críticos e conscientes, por isso não podemos omitir ou ignorar estas questões. Nóvoa (1997, p. 6) explicita que “ensinamos aquilo que somos e que, naquilo que somos se encontra muito daquilo que ensinamos”.

Ramiro e Matos (2008, p. 685) destacam que “a escola é lugar privilegiado para realização da educação sexual formal e articulada”, devido ao tempo que crianças e adolescentes permanecem na escola. No processo formativo dos estudantes com ou sem deficiência é necessário realizar a educação sexual, mas será que durante o processo de formação docente, seja inicial ou continuada, na área da Educação especial os professores possuem alguma instrumentalização desta temática?

A Educação Sexual na formação inicial ou continuada dos docentes confere preparo e proporciona mais confiança aos professores para abordar com seus alunos temas da sexualidade sem medo, preconceitos e omissão. Figueiró (1996, p.84) define a Educação Sexual em dois tipos:

A educação sexual informal, processo global, não intencional, que engloba toda a ação exercida sobre o indivíduo, no seu cotidiano, desde o nascimento, com repercussão direta ou indireta sobre sua vida sexual; a educação sexual formal, deliberada, institucionalizada, feita dentro ou fora da escola.

A Educação sexual formal seria a orientação realizada intencionalmente pela família e pela escola. É desta educação que aqui nos referimos quando tratamos de Educação sexual na escola, seria um momento e espaço intencional para a abordagem. Segundo Silva e Santos (2011, p. 9) “[...] verificamos uma lacuna na formação inicial docente que não possui no currículo regular, do curso de graduação, um espaço para a reflexão com os futuros professores sobre a

sexualidade, isto dificulta um trabalho teórico e prático cientificamente fundamentado”, ou seja, durante a formação, os docentes não possuem a instrumentalização, preparo ou orientação de como realizar este momento da educação sexual formal de seus alunos. Não há obrigatoriedade nos currículos das licenciaturas em preparar os professores para abordar sexualidade nas escolas.

Limitamo-nos à formação continuada, os especializados, pois esta é a formação mais comum, e procuramos responder se os docentes da rede especial de ensino possuem alguma formação em sexualidade.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) definem temas e sub-temas da sexualidade como temas transversais na escola. O conhecimento do corpo deve transcender a dimensão biológica, pois é no corpo que estão inscritas a história de vida, a cultura, os desejos e as aprendizagens do indivíduo (BRASIL, 1998). Em paralelo aos PCN Oliveira (2009, p. 181) ressalta que

Na prática, o tema Orientação Sexual tem se demonstrado de difícil implementação, aparecendo muito mais como um ideal na narrativa dos educadores, como aquilo que deveria ser feito, ou do que de fato acontece no cotidiano escolar. [...] Há necessidade urgente de cursos de formação continuada de Professores para a orientação sexual na escola. Esta formação requer formadores e formandos motivados, livres de preconceitos e com um firme desejo de auxiliar indivíduos a compreenderem que a sexualidade e todos os aspectos a ela relacionados são indicadores de todo um equilíbrio que o organismo busca. Encarar e viver a sexualidade como uma das coisas mais bonitas da vida exige muita coragem de todos nós.

Nas escolas, geralmente, a responsabilidade de realizar a Educação sexual é delegada aos professores de Ciências e Biologia, sendo que, a Orientação sexual entra como um tema transversal nos PCN. Essa transversalidade se deve ao fato deste tema compreender diversas dimensões da nossa vida cotidiana e quando abordado somente pelos professores de Ciências e Biologia, transpassa uma irresponsabilidade e resignação da instituição de ensino, pois estes provavelmente trabalhariam o tema de uma forma mais médica-higienista, preocupando se em abordar a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (IST) e gravidez na adolescência, ignorando a totalidade que compreende a sexualidade. Nos PCN (BRASIL, 1997, p. 30) a transversalidade é conceituada como algo que

[...] diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender na realidade e da realidade de conhecimentos

teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade) [...]

Realizamos uma breve pesquisa da matriz curricular de cursos de pós-graduação em Educação especial e inclusiva à distância (QUADRO 1) para investigar se os profissionais formados nesta área saem com alguma instrumentalização de como realizar a educação sexual ou algum norteamento para a sexualidade de pessoas com necessidades educacionais especiais. A escolha em investigar a grade curricular destes cursos se deu pelo primeiro contato com os professores, o público-alvo desta pesquisa, pois a maioria realizou a pós-graduação no formato de educação à distância (EAD).

A partir desta breve pesquisa, é possível observar (QUADRO 1) que são ofertadas disciplinas mais amplas sobre metodologias para se trabalhar no AEE, não havendo nenhuma que aborde o tema sexualidade ou educação sexual. Aleatoriamente selecionamos as faculdades e referimo-nos a elas por A, B, e C, a fim de preservar o anonimato das instituições.

QUADRO 1- Matriz curricular de Cursos de pós-graduação em Educação especial e inclusiva à distância.

FACULDADE A	Mídia, Tecnologia e Aprendizagem Fundamentos Filosóficos e Pedagógicos do Ensino Superior Diversidade e Inclusão Educacional Teorias do Pensamento Contemporâneo A Psicologia do Comportamento Escolar Metodologia da Pesquisa Científica Deficiência Auditiva/Surdez: Fundamentos e Adequações Metodológicas e Curriculares Deficiência Auditiva/Surdez: Fundamentos e Adequações Metodológicas e Curriculares Deficiência Física: Fundamentos e Adequações Metodológicas e Curriculares Condutas Típicas: Fundamentos e Adequações Metodológicas e Curriculares Deficiência Intelectual: Fundamentos e Adequações Metodológicas e Curriculares Trabalho de Conclusão de curso	420 horas
FACULDADE B	Problemas e distúrbios de aprendizagem Deficiência visual e AEE Deficiência física e AEE Deficiência intelectual e AEE TGD, altas habilidades, superdotação e AEE Tecnologia assistiva e comunicação alternativa Deficiência auditiva e AEE Legislação e políticas públicas de inclusão e multiculturalidade Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem Metodologia da Pesquisa Científica Ambientação Trabalho de Conclusão de curso	400 horas
FACULDADE C	Metodologia do Trabalho Científico Educação Especial e Inclusão Escolar Deficiência Intelectual Práticas de Ensino para Deficiência Intelectual: Matemática, Leitura e Escrita Deficiência Física Prática Pedagógica em Deficiência Física Deficiência Auditiva e Libras Práticas de Ensino em Deficiência Auditiva Deficiência Visual Trabalho de Conclusão de Curso	400 horas

FONTE: A autora.

Quanto à instrumentalização e preparo para mediar para a sexualidade alunos com deficiências os cursos aqui analisados não apresentam nenhuma disciplina em questão. Caberá ao professor o interesse no assunto para se preparar através de pesquisas, leituras e cursos de aperfeiçoamento. Silva e Neto (2006, p. 187) *apud* Abreu (2017, p. 5)

[...] o professor deve preparar-se para a intervenção prática mediante leituras e discussões e tenha um espaço grupal de supervisão continuada e sistemática que possibilite uma reflexão sobre essa prática e sobre seus próprios valores e limites, o que o ajudará a ampliar sua consciência em relação à sexualidade e à visão de mundo, além de assumir uma postura ética na sua atuação.

Abreu (2017) traz em seu trabalho autores (Figueiró, 2009; Silva e Neto 2006; Rodrigues e Salles, 2011; Silva e Santos, 2011) que creem que a formação inicial dos professores tem deixado a desejar no que tange a temática sexualidade. Acrescentam que, os cursos de graduação devem abordar essa temática em disciplinas obrigatórias nas licenciaturas.

Assim, é imprescindível uma formação continuada que instrumentalize os professores a trabalhar com sexualidade, proporcionando aos docentes da rede especial de ensino a oportunidade de trocas de experiências para o desenvolver de uma proposta de Educação sexual, propiciando o enriquecimento profissional. Porém diante dos dados dos currículos dos cursos de pós-graduação vemos que atualmente, é algo que deverá surgir da sensibilidade e comprometimento dos professores com a causa da Educação sexual.

2.3 ESTRATÉGIAS PARA TRABALHAR EDUCAÇÃO SEXUAL COM ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN

A visão discriminatória sobre a sexualidade de pessoas com deficiência intelectual, como ressalta Moreira (2011, p. 43), “que ora são consideradas pessoas hiperssexualizados, pervertidos e ora assexuados, dificulta a interação dessas pessoas com os demais”.

Se nos depararmos com uma situação de masturbação em ambiente escolar, devemos orientar o indivíduo que aquele não é o ambiente e nem o momento próprio para a prática. Isso deve ser feito sem julgamentos e avaliações, pois o aluno pode e deve ter conhecimento do seu corpo, porém sem infringir a liberdade e integridade dos demais. Não devemos agir com base em valores e crenças pessoais, e os julgamentos só agravam mais o comportamento. O aluno pode entender que a prática é algo ruim, errado e pecaminoso criando tabus e preconceitos sobre seu próprio corpo e sexualidade. Às vezes a masturbação e o

assédio são formas que a pessoa com deficiência intelectual encontra de mostrar aos outros que já estão maduros, Almeida (2008, p. 3) ressalta que

[...] as pessoas com síndrome de Down não querem só se masturbar ou terem relações sexuais ou exibir os órgãos genitais que tornaram-se maduros, ou muitas vezes tiram a roupa revelando seu corpo modificado; vivem tudo isto como uma vazão saudável, mas impulsiva, desorganizada, sem limites, é isso que assusta a todos. O que eles precisam é construir sua identidade adulta, dispor da possibilidade de serem compreendidos em seus desejos de maneira madura, escolher seus parceiros, namorar e quem sabe se casar. E isso não pode ser mais considerado como patológico ou como um distúrbio de conduta.

A visão de que o corpo é algo impuro e pecaminoso precisa ser desestigmatizada, desconstruída. O acesso ao próprio corpo deve ser visto como algo inato e natural ao ser humano.

A questão do assédio pode ser prevenido quando falamos sobre o corpo e os limites. Os alunos com ou sem deficiência devem entender sobre os limites do seu corpo e o do corpo das outras pessoas e que corpo das outras pessoas não deve ser tocado sem permissão. Neste caso, evidenciar o não é uma estratégia, se presenciada uma situação de assédio, devemos orientar sobre os limites e respeito ao corpo alheio.

Pode ser feito o uso de estratégias para exemplificar o sim e o não com recursos visuais. Os alunos com SD respondem bem a tais recursos, pois possuem boa memória sensorial. Como um exemplo de estratégia, exibir desenhos do corpo, explanando áreas que são públicas e privadas. Essa estratégia das imagens também pode ser aproveitada para trabalhar a prevenção ao assédio e abuso sexual.

A família tem um papel crucial na educação sexual. Como a educação sexual é um processo contínuo, a família terá grande parte neste processo. Pois será em casa que os ensinamentos deveram ser resgatados regularmente. Segundo José Ramón Amor Pan (2003, p. 52) *apud* Almeida (2008, p. 4),

A criança com síndrome de Down é uma criança em situação de risco, por apresentar maiores probabilidades de ter problemas em seu desenvolvimento do que as demais crianças. Os fatores de risco se devem ao seu déficit cognitivo, que irá dificultar a interação positiva com seu meio, precisamente nas circunstâncias de máxima dependência. Um dos maiores problemas é a falta de fé nas possibilidades de desenvolvimento da pessoa com síndrome de Down: se acredita que não há nada o que fazer,

certamente não se fará nada. Os pais que consideram que seu filho não pode se aperfeiçoar e alcançar um alto grau de desenvolvimento, de autonomia e de qualidade de vida – sempre de acordo com suas próprias possibilidades – através da educação e dos apoios que sejam necessários, terão expectativas muito baixas sobre o que o seu filho poderá conseguir. Isto gerará na criança uma baixa auto-estima e, inclusive, em muitos casos, ela aprenderá a se julgar indefesa, além de que, provavelmente, não lhe serão proporcionados os recursos e as oportunidades imprescindíveis para que se desenvolvam as potencialidades que leva dentro de si. A pessoa com síndrome de Down adulta será, na maior parte dos casos, o que o seu meio determinar, pois sua autonomia está maximamente condicionada pelas relações com ele, e de uma maneira muito importante, está condicionada pela sua família, porque é dela que receberá – para o bem ou para o mal – os pilares básicos para construir a sua personalidade.

A fase da adolescência é um período de transição, complexa para todos os jovens. Para os adolescentes com SD é ainda mais difícil. José Ramón Amor Pan (2003) *apud* Almeida (2008, p. 5) preconiza que

O adolescente com síndrome de Down passa muitas vezes por uma crise de identidade, quando está se preparando para assumir uma liberdade maior e as responsabilidades da vida adulta. Cabe aos pais a difícil tarefa de controlar o comportamento agressivo do adolescente, ajudando-o a aplainar o caminho para a maturidade. Frequentemente ele é absorvido pelo seu grupo social, dotado de uma subcultura e de normas sexuais "particulares".

Por vezes o adolescente com DI pode se tornar agressivo devido à falta de comunicação e compreensão. Pode estar confuso sobre si, sobre seu corpo, sobre suas relações com outras pessoas. Por isso é necessário que a educação sexual seja realizada com muito amor, carinho e compreensão, pois refletirá pela vida toda daquele indivíduo. José Ramón Amor Pan (2003) *apud* Almeida (2008, p. 6) ressalta como estratégia, que estes adolescentes

[...] precisam ser ouvidos e devem criar formas concretas de apoios para construir sua sexualidade, através de expressões artísticas, dança expressiva, teatro, fotos, figuras, dentre outros recursos que precisamos mediar para ajudá-los a construir seus afetos e pensamentos sobre sua sexualidade e identidade sexual, portanto serem protagonistas de sua própria história.

Glat (1993) relata que opiniões e necessidades de pessoas com deficiência mental raramente são consideradas ao elaborar teorias a respeito de sua própria sexualidade e planejar programas de educação especial. Isso é consequência de estereótipos de que pessoas com deficiência intelectual não

possuem a capacidade de análise e discernimento, inclusive de sua própria sexualidade.

Maia (2006 p. 229) descreve que a orientação sexual não deve acontecer somente na adolescência, mas sim desde a infância, uma vez que, “[...] a orientação sexual seria ainda mais eficaz se oferecida na infância e adolescência visando prevenir comportamentos inadequados e a proporcionar o desenvolvimento de uma sexualidade plena e prazerosa [...]”.

Na procura de estratégias pré-elaboradas, observamos a escassez de estratégias e/ou metodologias para trabalhar Educação sexual com pessoas com SD. Por isso se fazem necessário novas pesquisas nesta área, que possam contribuir com a ruptura de estigmas e preconceitos, proporcionando discussões, enriquecimento e menos comportamentos sexuais tidos como inadequados.

CAPÍTULO 3: ANÁLISE DE CONTEÚDO E COLETA DE DADOS SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL PARA ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN

Neste capítulo, apresentamos o principal referencial teórico norteador da pesquisa e o percurso metodológico utilizado. Demonstramos como foi feita a coleta de dados, os sujeitos da pesquisa, bem como, todas as etapas da pesquisa e a tabulação dos dados.

Adotamos análise de conteúdo de Bardin (1997) uma vez que entendemos ser adequada para uma pesquisa que envolverá um pequeno grupo (professores de alunos com SD do ensino especial em interação com diferentes sujeitos no espaço escolar). No decorrer da pesquisa, é importante que o pesquisador entre em contato direto com esse grupo, realize observação dos participantes, entrevistas, histórias de vida, documentos, entre outras estratégias para compreender de forma mais ampla seus sujeitos. (SAMPAIO; SANTOS, 2017)

Segundo a autora (BARDIN, 1977, p. 42) a análise de conteúdo compreende

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Bardin (1997) organiza a análise dos dados da seguinte forma: A pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação.

A **pré-análise**, segundo Bardin, (1977, p. 96), “É a fase de organização propriamente dita”. Esta organização proposta pela autora é necessária para que os objetos da pesquisa fiquem claros. É a sistematização da pesquisa, que envolve a leitura “flutuante”, que seria o primeiro contato com os documentos que serão submetidos à análise. No caso desta pesquisa, os documentos foram os questionários. “A análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. A linguística é um estudo da língua, a análise de conteúdo é uma busca de outras realidades através das mensagens.” (BARDIN, 1977, p. 44)

A pré-análise do presente trabalho, se deu mediante a leitura dos dados coletados, objetivando organizar as ideias iniciais para o desenvolvimento das Etapas seguintes. (BARDIN, 1977, p. 43) “[...] a análise de conteúdo trabalha a palavra, quer dizer, a prática da língua realizada por emissores identificáveis”.

Esta primeira fase pode conter três Etapas: “a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final.” BARDIN (1977, p. 96)

Como documentos optamos por questionários semi-estruturados com questões abertas, com o objetivo de coletar como a temática educação sexual é pensada e trabalhada pelos docentes (Questionários transcritos no item 4.1 *Percurso metodológico para análise dos dados coletados*). A partir disso formulamos a hipótese de que os professores não realizam educação sexual com seus alunos com síndrome de Down, hipótese está formulada com base no primeiro contato com a instituição.

A fase da **exploração do material**, Bardin (1977, p. 101) afirma que “esta fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas”. Ou seja, o material aqui apresentado foi organizado, exaustivamente lido, a fim de ser interpretado. Esta fase exige uma classificação, optamos em classificar as respostas dos professores em dois grupos a) Professores que consideram realizar educação sexual com seus alunos com SD; b) Professores que não realizam educação sexual com seus alunos com SD.

O **tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação** é quando o pesquisador procurar tornar os dados significativos. Para Bardin (1977, p. 101) “o analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas”. É necessário *lapidar* os dados para que eles passem a ter validade e sentido.

A inferência é um processo essencial, pois “[...] com ela se pretende partir do conhecimento do fato para se chegar ao conhecimento das razões para o

fato” (GONDIM, 2014, p.194). Para à inferência, deduzimos a fim de chegar a uma conclusão sobre o fato ocorrido.

O tratamento dos resultados exigiu uma categorização das respostas, ou seja, dependendo da quantidade de vezes que determinada resposta aparece, determina sua importância na interpretação. Para a categorização das respostas, foi necessário criar grupos de categorização para os participantes (4.1 *Percurso metodológico para análise de dados*). Bardin(1997) norteou o presente trabalho para que apresentássemos de maneira fidedigna o descrito, nos respaldado na fundamentação teórica.

3.1 PERCURSO METODOLÓGICO PARA A COLETA DE DADOS

Para realizar esta pesquisa³, sobre a inclusão de alunos com SD do ensino especial, no que tange a educação sexual, utilizamos o método qualitativo, pois conforme Lüdke e André (1986), a pesquisa qualitativa propicia condições para compreensão da dinâmica presente no cotidiano escolar. Assim poderemos descrever a complexidade e analisar as particularidades da temática educação sexual para alunos do ensino especial com síndrome de Down.

Como o objetivo da pesquisa foi desenvolver estratégias didáticas para trabalhar educação sexual com pessoas com síndrome de Down, formulamos as seguintes hipóteses a fim de testá-las: a) Há escassas estratégias didáticas adaptadas a pessoas com SD, para trabalhar educação sexual; b) Os professores da rede especial de ensino se sentem aptos a trabalhar com a temática educação sexual com os alunos com síndrome de Down.

A fim de testar as hipóteses, utilizamos questões semi-estruturadas que foram aplicadas no início das atividades para analisar a concepção dos docentes sobre o tema (Etapa II, QUADRO 4) (APÊNDICE D) e outra questão aberta ao final,

³ A presente pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) com parecer favorável sob o número 2.577.006 com data de 03 de Abril de 2018.

(Etapa V, QUADRO 4) para analisar a evolução dos docentes dentro do curso. O fundamental foi compreender qual o nível de conhecimento sobre educação sexual, que os professores possuíam.

Para a interpretação dos dados coletados utilizamos a proposta de Bardin, que organiza a interpretação dos dados em: “a) Pré-análise; b) Exploração do material; c) Tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (BARDIN, 1997, p. 95).

3.1.1 Local da pesquisa

A pesquisa foi realizada na ASSARTE (Associação Artesanal do Excepcional de Ponta Grossa) de Ponta Grossa- Paraná e na APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) de Carambeí- Paraná. Tanto a ASSARTE quanto a APAE são organizações sociais sem fins lucrativos, reconhecidas como utilidade pública federal e certificadas como beneficente de assistência social, de caráter cultural, assistencial e educacional.

A ASSARTE⁴ é mantenedora da Escola de Educação Especial Ocupacional Pontagrossense, que surgiu para dar continuidade ao atendimento à deficientes maiores de 16 anos que, por atingirem esta idade, eram desligados do programa da APAE do município.

A APAE nasceu Rio de Janeiro em 1954, pois havia ineficiência do Estado em promover políticas públicas sociais que garantam a inclusão dessas pessoas.⁵ Foi à necessidade que pais sentiram em fundar uma instituição que desse suporte aos seus filhos com necessidades educacionais especiais.

⁴Informações coletadas do site: Acesso em <http://especial2.redeglobo.globo.com/crianca-esperanca/663/detalhes>

⁵Informações coletadas do site da APAE: Acesso em <http://apae.com.br/>

3.1.2 Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos envolvidos na Etapa II (Etapa aonde foi aplicado o primeiro questionário) foram dez professores da rede especial de ensino, os quais nove eram do sexo feminino e um do sexo masculino, com a idade entre 40 e 53 anos. Nove das participantes eram graduadas em Pedagogia, sendo que uma delas era pedagoga de uma das instituições, e o participante do sexo masculino, era graduado em Educação física. Dos dez participantes, oito deles possuíam pós-graduação em Educação especial, um em Educação e cidadania e outro em Neuropsicopedagogia.

Na Etapa IV (Etapa da intervenção com o curso de extensão), nove dos dez professores que responderam ao primeiro questionário participaram. A seguir, (QUADRO 2 e 3) o currículo das faculdades onde os participantes relataram concluir a pós-graduação em Educação especial.

QUADRO 2- Matriz curricular dos cursos em educação especial onde os participantes relataram concluir a pós-graduação.

(continua)

FACULDADE	CURSO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
ESAP (Instituto de estudos avançados e Pós-graduação)	Educação Especial: Área de Deficiência Intelectual/Mental e Deficiência Múltipla	• Fundamentos da educação especial; • Etiologia e prevenção; • Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem; • Aspectos neurológicos do DI/DM e deficiência múltipla; • Identificação e educação precoce; • A deficiência intelectual/mental e múltiplas deficiências e a educação infantil; • Fundamentos da linguagem e deficiências; • Alfabetização e letramento em deficiência intelectual/mental e múltiplas deficiências; • Ensino da matemática a deficiência intelectual/mental e múltiplas deficiências; • Deficiência intelectual/mental e múltiplas deficiências e educação motora; • As jogos e brincadeira na educação; • Educação para o trabalho; • Tópicos especiais em educação; • Metodologia da pesquisa científica; • Trabalho de conclusão de curso.	360 horas

QUADRO 1- Matriz curricular dos cursos em educação especial onde os participantes relataram concluir a pós-graduação. (conclusão)

FACULDADE	CURSO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
ESAP (Instituto de estudos avançados e Pós-graduação)	Educação Especial: Atendimento Educacional Especializado	- Fundamentos da inclusão escolar e atendimento educacional especializado; - Psicologia da aprendizagem e desenvolvimento; - Apoio pedagógico complementar ao deficiente físico; - Apoio pedagógico complementar à deficiência intelectual/mental; - Apoio pedagógico complementar à deficiência auditiva e à surdocegueira; - Apoio pedagógico complementar à deficiência visual; - Apoio pedagógico complementar aos transtornos globais do desenvolvimento; - Apoio pedagógico complementar às altas habilidades e/ou superdotação; - Apoio pedagógico complementar aos transtornos funcionais específicos; - Ensino da matemática nas salas de recursos multifuncionais; - Alfabetização e letramento nas salas de recursos multifuncionais; - Ensino da língua portuguesa nas salas de recursos multifuncionais; - Tópicos especiais em educação; - Metodologia da pesquisa científica.	360 horas

FONTE: A autora.

QUADRO 2- Matriz curricular do Curso de pós-graduação presencial em Neuropsicopedagogia.

(continua)

FACULDADE	CURSO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
CENSUPEG (Faculdade de Ciências, educação, saúde, pesquisa e gestão)	Neuropsicopedagogia Institucional e Educação Especial Inclusiva	- Bases Neurobiológicas da Aprendizagem; - Introdução a Neuropsicopedagogia: Conceitos Básicos e Atuação Profissional; - Neurociências Aplicada a Educação; - Educação Especial Inclusiva; - Desenvolvimento Humano: Transtornos, Síndromes e Potencialidades no âmbito da Aprendizagem; - Neuropsicofarmacologia e CID; - Aprendizagem e Metodologias em Relação aos Sujeitos com Altas Habilidades/Superdotados;	420 horas

QUADRO 3- Matriz curricular do Curso de pós-graduação presencial em Neuropsicopedagogia.

(conclusão)

FACULDADE	CURSO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
CENSUPEG (Faculdade de Ciências, educação, saúde, pesquisa e gestão)	Neuropsicopedagogia Institucional e Educação Especial Inclusiva	• Educação da Pessoa com Deficiência Visual; • Educação da Pessoa com Deficiência Física e Múltiplas Deficiências; • Educação da Pessoa com Deficiência Auditiva; • Educação da Pessoa com Deficiência Intelectual; • Sociograma: Intervenção Neuropsicopedagógica tratando da convivência em Contextos Coletivos; • Avaliação e Intervenção Neuropsicopedagógica – Contexto Institucional; • Didática e Metodologia do Ensino Superior; • Metodologia da Pesquisa. • Estudos Autônomos – Artigo Científico	420 horas

FONTE: A autora.

Podemos observar que os cursos aqui expostos, não possuem disciplinas que abordem o tema sexualidade ou educação sexual. Ou seja, as participantes pela pós-graduação, não possuem instrumentalização ou preparo para trabalhar educação sexual.

3.1.3 Caracterização ética da pesquisa

Todos os professores assinaram o TCLE (Termo de Compromisso Livre e Esclarecido) (APÊNDICE A) para a aplicação da pesquisa, bem como a presente pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), Parecer consubstanciado do CEP com a situação de Aprovado sob o número 2.577.006 com data de 03 de Abril de 2018 (ANEXO B). Para preservar o sigilo dos professores, decidiu-se chamá-los de P1 (Professor 01), P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9 e P10.

3.1.4 Etapas da pesquisa

Visto a escassez de estratégias adaptadas a pessoas com DI/SD para abordar educação sexual, surgiu à necessidade de criar um curso de extensão para trabalhar juntamente com os professores questões sobre sexualidade e possíveis

mediações sobre o tema para alunos com Síndrome de Down. O curso de extensão intitulado *Desenvolvimento de estratégias didáticas sobre educação sexual para alunos com síndrome de Down* e teve como objetivo criar estratégias que facilitem a abordagem de educação sexual pelos professores da rede especial de ensino com os seus alunos com SD/DI.

Antes do curso, se fez necessário coletar as concepções dos professores quanto à educação sexual de seus alunos com Síndrome de Down, para compreender o nível de compreensão que os professores possuíam sobre Educação sexual. Para isso, foi aplicado questões semi-estruturadas (APÊNDICE B), para averiguar como a temática é pensada e trabalhada por estes docentes.

Na QUADRO 4, consta as atividades desenvolvidas com os objetivos de cada Etapa, os procedimentos realizados, a carga horária e momentos da pesquisa.

QUADRO 4- Atividades desenvolvidas durante a pesquisa.

(continua)

	OBJETIVO	PROCEDIMENTO	CARGA HORÁRIA	MOMENTO
ETAPA I Investigação de campo onde será desenvolvido o trabalho.	Conhecer o campo de pesquisa.	Visita a APAE para apresentação da proposta à equipe pedagógica e direção. Elaboração do cronograma para o desenvolvimento da pesquisa.	10 horas Com atividade externa da pesquisadora.	PRÉ-INTERVENÇÃO
ETAPA II Entrevista com os professores.	Coletar dados através de um questionário com questões semi-estruturadas.	Entrega do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). Realização da entrevista com a aplicação do questionário.	4 horas	PRÉ-INTERVENÇÃO

QUADRO 4- Atividades desenvolvidas durante a pesquisa.

(conclusão)

ETAPA III	Análise do questionário e preparação do material didático.	Discussão com o grupo de professores sobre a elaboração do material didático.	A partir da análise dos questionários foram levantadas questões pertinentes à elaboração do material didático. Foi realizado um encontro com os professores para discussão dos dados coletados e auxílio na elaboração do material didático.	20 horas: Com atividade externa da pesquisadora.	PRÉ-INTERVENÇÃO
ETAPA IV	Apresentação da proposta do material didático e sua reelaboração	Criação de uma estratégia didática para trabalhar educação sexual com alunos com Síndrome de Down.	Desenvolvemos juntamente com os professores da rede especial de ensino, uma estratégia didática capaz de auxiliar no processo de ensino-aprendizagem do tema educação sexual.	8 horas	INTERVENÇÃO
ETAPA V	Devolutiva do material didático aos professores e a equipe pedagógica.	Apresentar a estratégia didática com a proposta de Educação sexual para alunos com Síndrome de Down aos professores e a equipe pedagógica.	Visita a APAE do município de Carambeí- PR para apresentação da estratégia didática elaborada com os professores.	8 horas	PÓS-INTERVENÇÃO

FONTE: A autora.

Os dados foram obtidos entre os meses de Março e Julho de 2018, totalizando cinco encontros. A única Etapa que não teve contato direto com os professores foi a Etapa I, pois foi a Etapa onde conhecemos as instituições e expomos os objetivos da pesquisa à direção e equipe pedagógica.

A Etapa II foi de entrevista para a aplicação dos questionários, e teve duração em média de 1 hora e meia. A Etapa III foi à discussão dos dados coletados anteriormente e levou em média 40 minutos. Na Etapa IV foi ministrado o curso de extensão e apresentada a proposta do material didático que e juntamente com os professores realizamos a sua reelaboração. Esta Etapa levou cerca de 4 horas. Já na Etapa V, retornamos a escola para a devolutiva de como ficou os materiais didáticos reelaborados, levamos em média 40 minutos nesta Etapa.

3.1.4.1 Dados coletados em cada Etapa: Pré-intervenção

Na Etapa I, não houve coleta de dados. O objetivo era conhecer as instituições, apresentar a proposta da pesquisa e ver as disponibilidades das escolas.

Durante a Etapa II, coletamos os dados através do questionário com questões semi-estruturadas. O questionário aplicado continha cinco questões abertas (APÊNDICE B), com o objetivo de coletar os relatos dos professores quanto à educação sexual de seus alunos com síndrome de Down. Estas questões foram utilizadas para realizar um diagnóstico prévio de como a temática é pensada e trabalhada por estes docentes.

Na Etapa III, foi realizado um encontro com os professores para discussão dos dados coletados e analisados pela pesquisadora, com o intuito de averiguação das principais deficiências do processo de ensino-aprendizagem da temática para que o curso fosse elaborado. Esta Etapa foi de grande importância, pois a pesquisadora pode conversar com os docentes e confirmar os principais problemas. A partir desse encontro pudemos elaborar o curso que foi realizado na Etapa IV, e para isso realizamos uma pesquisa de materiais existentes para trabalhar com Educação sexual com pessoas com síndrome de Down.

3.1.4.2 Dados coletados em cada Etapa: Intervenção.

A quinta Etapa compreendeu o curso de extensão: *Desenvolvimento de material didático sobre educação sexual para alunos com síndrome de Down*. Durante o curso apresentamos a proposta da estratégia didática para que juntamente com os professores pudéssemos fazer a sua reelaboração.

Ao final do curso os professores foram convidados a responder as perguntas: O curso foi enriquecedor para você? Um sentimento em relação ao curso; Seu receio e/ou dificuldade em falar sobre Sexualidade com alunos ou crianças foi solucionado? Se sente mais preparado (a)?

Foram disponibilizados alguns minutos para que os participantes respondessem a estas perguntas de maneira aberta e sem identificação. Destas questões abertas foram coletados os discursos disponibilizados no item: 4.1.2 *A Intervenção: Curso de extensão: Desenvolvimento de material didático sobre educação sexual para alunos com síndrome de Down*.

3.1.4.3 Dados coletados em cada Etapa: Pós-intervenção.

Na Etapa V, houve a devolutiva das estratégias e materiais didáticos reelaboradas com os professores. Retornamos às escolas para disponibilizar os materiais criados e adaptados, juntamente com os professores durante a intervenção. Foram disponibilizados à escola por meio de um CD, todos os materiais, os mesmos que aqui estão disponibilizados nos anexos e apêndices.

Também foi apresentada aos professores uma prévia de como a dissertação ficou, ressaltamos que o sigilo dos docentes foi preservado (3.1.3 a *caraterização ética da pesquisa*).

CAPÍTULO 4: CONSTRUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL PARA ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN

Neste capítulo, apresentaremos o percurso metodológico utilizado para a análise dos dados coletados durante a pesquisa. Parte da descrição do percurso metodológico segue para a análise da entrevista e do curso realizado, de forma a evidenciar as concepções dos professores da rede especial de ensino sobre educação sexual e desenvolver estratégias didáticas para trabalhar o tema.

Como já apresentado no capítulo 3, para o trabalho de interpretação dos dados coletados utilizamos a proposta de análise de conteúdo de Bardin (1997).

4.1 PERCURSO METODOLÓGICO PARA ANÁLISE DE DADOS

Na segunda Etapa, coletamos os dados por meio do questionário com questões semi-estruturadas (APÊNDICE B), onde continha cinco questões abertas, com o objetivo de coletar a opinião dos professores quanto à educação sexual de seus alunos com síndrome de Down. Estas questões foram utilizadas para realizar um diagnóstico prévio de como a temática era pensada e trabalhada.

A transcrição dos questionários obedeceu às regras propostas por Bardin (1997), da *exaustividade* (não deve-se omitir nada); *representatividade* (a amostra deve representar o tema proposto); *homogeneidade* “os documentos retidos devem ser homogêneos, quer dizer, devem obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade fora destes critérios de escolha”; (BARDIN, 1997, p. 98) os dados devem referir-se ao tema; *Pertinência* “os documentos retidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objetivo que suscita a análise.” (BARDIN, 1997, p. 98) Os documentos precisam ser apropriados ao tema e objetivos da pesquisa; e *exclusividade* (um elemento deve ser classificado somente em uma categoria).

Com os dados transcritos iniciamos uma leitura flutuante. Em seguida, organizamos, exploramos e inferimos o material, foi quando surgiram as hipóteses, e por fim, interpretamos e organizamos os possíveis “porquês” das respostas.

Na primeira questão foi perguntado se eles trabalhavam com educação sexual com alunos com síndrome de Down. Se não trabalhassem eles deveriam

justificar o motivo de não abordar o tema com seus alunos. Todos os participantes responderam que não trabalham, pois quando alguma situação de comportamento inadequado ocorre, eles encaminham o aluno à equipe multidisciplinar, com qual a instituição conta, e esta equipe soluciona o problema segundo os docentes entrevistados. Relataram também a falta de preparo e intimidade com o tema em questão e que possuem dificuldade em encontrar termos corretos para falar com os alunos. Todos os participantes foram encaixados no grupo B de classificação, dos professores que não realizam educação sexual com seus alunos com SD. Grupos anteriormente elencados.

Percebemos a falta de preparo dos docentes para trabalhar com a ES com seus alunos. Relatam que quando necessário à equipe multidisciplinar intercede à situação, ou seja, existe um pensamento de que a ES deve ser realizada somente quando há comportamentos inadequados como a masturbação em sala de aula, por exemplo. Não veem a ES como um processo de educação preventiva e contínua. Fica o questionamento: Quando há situações como a masturbação e/ou assédio no ambiente escolar, como os participantes mesmos relataram durante a aplicação do questionário, a única atitude tomada é encaminhá-lo à equipe multidisciplinar, posteriormente ele retorna à sala de aula sem um trabalho em conjunto com a turma, e reforço para que a situação não se repita.

Acreditamos que antes de trabalhar com os professores as formas e estratégias para a ES, necessita-se que os docentes entendam e se sintam responsáveis pela ES de seus alunos, sejam eles com ou sem deficiência, pois a ES deve ser realizada em conjunto.

Ainda na primeira questão, duas participantes, P5 e P6, relataram que não trabalha com ES com seus alunos com SD pelo mesmo motivo das demais participantes, pela escola possuir uma equipe multidisciplinar. Porém a participante P6 acrescentou que trabalha com Educação infantil (alunos com três anos) e por isso a não abordagem. Aqui podemos observar a reprodução da ideia de que crianças são seres assexuados, limitando a sexualidade somente a relação sexual e ignorando que o ser é dotado de afeto, desejos e se relaciona com outros indivíduos.

A autora Filha (2016, p. 90) traz em seu trabalho um conceito de sexualidade genitalizada. Fala que não devemos considerar que a criança possui a mesma sexualidade de um adulto. “A criança tem sexualidade, tem prazer com seu corpo, se auto-erotiza, se descobre, porém, isso é diferente da vivência da sexualidade na vida adulta.” As crianças possuem uma sexualidade chamada de não genitalizada, enquanto os adultos possuem a sexualidade genitalizada. Filha (2016, p. 90) fala que

Sexo e sexualidade não são sinônimos. O sexo em questão corresponde ao sexo adulto, à genitalidade, com as expressões de prática sexual da vida adulta. A criança tem sexualidade; vivencia expressões de sexualidade. Pode descobrir o seu corpo e, com isso, as sensações de prazer e desprazer. Pode descobrir os seus genitais, assim como descobre o seu corpo em geral.

Podemos utilizar este conceito de sexualidade não genitalizada para falarmos dos aspectos psicossociais da sexualidade, que compreende as relações afetivas como amizade e interações entre indivíduos. O conceito de sexualidade genitalizada utilizaremos para falar da sexualidade adulta e juvenil que abrange relações sexuais e masturbação.

As questões dois, três e quatro não foram respondidas pelos participantes, as quais perguntavam, respectivamente: Quais temas deste conteúdo (Educação sexual) você trabalha; Como você aborda estes temas; e Porque trabalha este (s) tema (s) com alunos com Síndrome de Down. Os participantes declararam que não responderam pelo motivo já justificado na primeira questão, por não trabalharem o tema.

Na quinta e última questão, perguntamos: Quais temas você gostaria de encontrar no material didático sobre Educação sexual? Entre os participantes obtivemos pedidos unânimes. Gostariam de encontrar no material didático ou ter acesso às estratégias para prevenir e orientar os alunos como em questões de masturbação e assédio no ambiente escolar. Nesta questão relataram também que possuem dificuldade em encontrar termos adequados para se dirigir aos órgãos genitais de acordo com a faixa etária dos alunos, durante uma intervenção se necessário. Através desta questão tivemos um norteamento para pesquisar materiais e estratégias podendo classifica-los em: a) Materiais que podem ser

usados para prevenir o assédio; e b) Materiais que podem ser usados para orientar e prevenir a masturbação em público.

Na terceira Etapa, retornamos à escola para realizar um encontro com os professores e discutirmos os dados coletados e analisados pela pesquisadora. Nesta análise inferimos que a maior demanda dos professores era como lidar com situações de masturbação e assédio em ambiente escolar. A partir deste encontro, durante a pesquisa de materiais (Etapa seguinte), pudemos selecionar e categorizar os materiais em: a) Materiais que podem ser usados para prevenir o assédio; e b) Materiais que podem ser usados para orientar e prevenir a masturbação em público.

4.1.1 Preparação para a Intervenção: Desenvolvimento de material didático sobre educação sexual para alunos com síndrome de Down

Inicialmente foi utilizado como fonte o Portal de Periódicos (CAPES), esse levantamento foi realizado com as palavras chave “Materiais didáticos para trabalhar educação sexual com alunos com Síndrome de Down”, “Trabalhar educação sexual com pessoas com Síndrome de Down”, “Educação sexual com pessoas com Síndrome de Down” e nenhum trabalho referia-se à temática.

A partir disso, partimos para a pesquisa no buscador Google. Utilizamos as mesmas palavras chave já citadas, e dezenas de resultados apareceram, porém o maior foco se deu nos links no formato em pdf. Muitos destes arquivos foram analisados, porém não se encaixava em nossa pesquisa, visto que o nosso objetivo foi encontrar estratégias ou materiais que encaixassem nas categorias pré-elaboradas as quais eram: a) Materiais que podem ser usados para prevenir o assédio; e b) Materiais que podem ser usados para orientar e prevenir a masturbação em público.

Os trabalhos analisados tratavam-se de ES na escola de ensino regular, para alunos sem deficiência ou com deficiências diversas, mas nada específico como procurávamos, adaptados a pessoas com SD/DI. O foco da maioria dos trabalhos analisados dava-se à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (IST), prevenção da gravidez e ao início da vida sexual dos adolescentes com deficiência. Durante essa procura, nosso objetivo foi encontrar materiais ou estratégias que facilitem a abordagem da ES para alunos com SD/DI, visto que, este

público necessita de materiais ou estratégias adaptadas que atendam às suas necessidades de modo a favorecer uma aprendizagem significativa do tema.

As pessoas com SD possuem boa memória sensorial, ou seja, apresentam uma boa percepção e resposta aos cinco sentidos. Esperávamos encontrar modelos didáticos, cartazes com imagens, desenhos, ou até paródias, a fim de facilitar a abordagem e exemplificação do tema.

Visitando alguns dos sites resultantes da pesquisa com as palavras chave, encontramos o blog www.ocupatea.es. Trata-se de um blog que traz informações sobre Terapia Ocupacional na infância e Intervenções para pessoas com Distúrbios do Desenvolvimento Neurológico. A criadora do site é da Espanha, graduada em Ciências do Esporte, com especialização em Terapia Ocupacional e doutora em treinamento em Pediatria, Psicomotricidade e Integração Sensorial. Relata em seu blog que possui experiência em trabalhar com crianças com SD e transtorno do espectro autista (TEA)⁶.

Neste blog encontramos alguns materiais para trabalhar com conceitos sobre privacidade e menstruação com alunos com algum tipo de transtorno ou deficiência intelectual. O material com conceitos de privacidade aborda atividades de vida diária (AVD) como ir ao banheiro, banho, partes do corpo, mudanças corporais nos estágios da vida, diferenças entre meninos e meninas, masturbação, entre outros.

Estes materiais nós serviram como inspiração como recursos para utilizarmos com alunos Down. Os conceitos de partes públicas e privadas do corpo, lugares que são públicos e lugares privados, coisas que não podemos fazer quando estamos em lugares públicos e partes do corpo que podemos tocar e não podemos tocar na presença de outras pessoas, entre outras. São situações que os professores relataram ser muito presente em sala de aula e possuíam dificuldades

⁶ Informações coletadas pelo blog. Acesso em: <http://ocupatea.es/sobre-mi/>

na abordagem. No blog todos os materiais sugeridos são disponibilizados para *download*.

O material que auxilia a abordar do tema menstruação traz as mudanças no corpo da menina com atividades de relacionar objetos ou imagens que referem-se às respectivas fases da vida. Auxiliam a repassar questões de higiene durante a menstruação, como e quando trocar o absorvente, o que fazer se tiver dor, entre outras mediações.

Dentre todos os endereços da internet e artigos analisados, este blog nos orientou na elaboração da estratégia didática, pois os materiais ali disponibilizados foram usados para exemplificação na Etapa IV do nosso trabalho.

Os sites aqui expostos foram encontrados ao acaso, e a partir da pesquisa inicial no buscador Google. Nesta Etapa o objetivo era de encontrar materiais já existentes para utilizar com o público, como não encontramos materiais específicos a alunos com síndrome de Down, fizemos algumas modificações nos materiais encontrados.

4.1.2 A Intervenção: Curso de extensão: Desenvolvimento de material didático sobre educação sexual para alunos com síndrome de Down

Na quinta Etapa, durante o curso de extensão intitulado: *Desenvolvimento de material didático sobre educação sexual para alunos com síndrome de Down* apresentamos a proposta da estratégia didática para que juntamente com os professores pudéssemos fazer a sua reelaboração.

Iniciamos com as projeções aonde continha um slide que pedia para que os professores se apresentassem. Para nortear a apresentação elencamos algumas questões como: Nome, formação e alunos com quais estão trabalhando este ano; um sentimento em relação ao curso; maior receio e/ou dificuldade em falar sobre Sexualidade com alunos ou crianças da família.

Cada participante falou que trabalhava com alunos com diversas deficiências, transtornos e síndromes. Quanto às dificuldades e/ou receios de falar sobre sexualidade com alunos ou crianças da família, reafirmaram o que colocaram no questionário inicial, como lidar com situações como masturbação em lugares

públicos, nomear os órgãos genitais e assédio entre alunos. Acrescentaram a dificuldade em lidar com palavrões e perguntas sobre namoro no meio de aula.

Foram apresentados alguns conceitos sobre sexualidade, com base em alguns autores da área, como o que é sexualidade, diferença entre sexualidade e sexo, orientação sexual, educação sexual, sexualidade genitalizada e não genitalizada, entre outros. Esses conceitos foram permeados de muitas discussões e relatos de vivências em sala de aula.

Figura 1- Pesquisadora e participantes durante o curso.



FONTE: A autora.

Figura 2- Pesquisadora e participantes durante o curso.



FONTE: A autora.

Foi discutida também a relação das temáticas: educação sexual e educação especial e a importância de trabalhar sexualidade para a inclusão de alunos com necessidades especiais. Alguns dos sites apresentados e puderam ser usados como ferramentas para abordagem. Os sites sugeridos possuem ênfase em prevenção da violência sexual: Defenda-se, Pipo e Fifi, Sexu muxu, e OcupaTEA. Foram selecionados os materiais que possuíam possibilidade de adaptação ao público, e os que correspondiam à demanda relatada pelos professores no dia da aplicação dos questionários (assédio e masturbação).

Com base nestes sites, foram apresentados materiais previamente elaborados e selecionados pela pesquisadora (APÊNDICE C) (ANEXO A), materiais estes que auxiliam a abordagem sobre privacidade, assédio, partes do corpo masculino e feminino, higiene e autocuidado.

Nesta fase do curso o objetivo era criar materiais e adaptar com os professores os apresentados, a fim de utilizar com os alunos com SD. Discutimos o

que surtiria e o que não surtiria aprendizagem com os alunos, visto que alguns dos alunos com SD, não eram alfabetizados. A única adaptação sugerida pelos professores é observada nas Figuras 1 e 2.

Figura 3- Cartaz com o conceito público. A primeira imagem, sem a adaptação sugerida, a segunda com as adaptações sugeridas.



FONTE: A autora.

Podemos observar que na imagem à esquerda (Figura 1) utilizamos o conceito “público” para se referir às coisas que podemos fazer perto, ou acompanhado de outras pessoas. Porém os professores relataram que talvez alguns alunos não compreendessem e relacionassem o conceito público às atividades como ir ao supermercado, brincar no parque, assistir à aula, entre outras que podem ser citadas, então sugeriram acrescentar “quando estamos acompanhados” e “perto dos outros”.

Figura 4- Cartaz com o conceito privado. A primeira imagem, sem a adaptação sugerida, a segunda com as adaptações sugeridas.

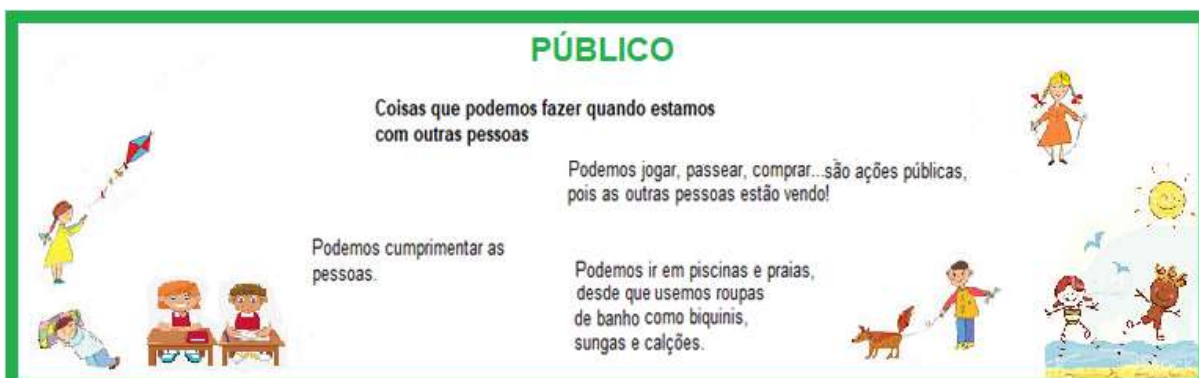


FONTE: A autora.

Observamos que na imagem à esquerda (Figura 2) utilizamos o conceito “privado” para se referir às coisas que fazemos sem que outras pessoas possam ver. Os professores relataram novamente a possibilidade dos alunos não compreenderem e relacionarem o conceito privado às atividades como masturbação, ir ao banheiro, tomar banho ou ter relações sexuais, então sugeriram acrescentar “quando estamos longe dos outros” e “sozinhos”. Com base nestas sugestões, podemos criar e adaptar os materiais disponibilizados na internet.

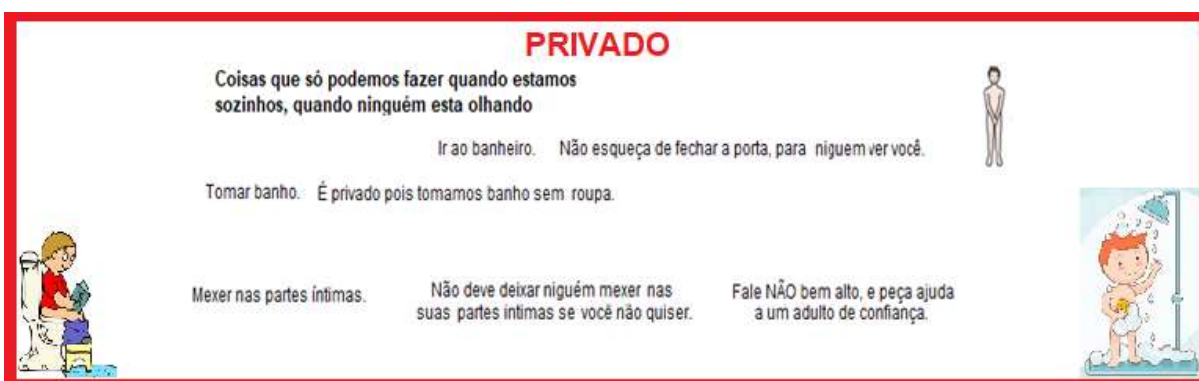
Para exemplificar melhor aos alunos, criamos os seguintes cartazes a fim de demonstrar coisas que podemos fazer quando estamos acompanhados e em sequência coisas que podemos fazer quando estamos sozinhos. Recursos estes que devem ser utilizados sempre resgatando os conceitos de público e privado.

Figura 5- Cartaz exemplificando o conceito público.



FONTE: A autora.

Figura 6- Cartaz exemplificando o conceito privado.

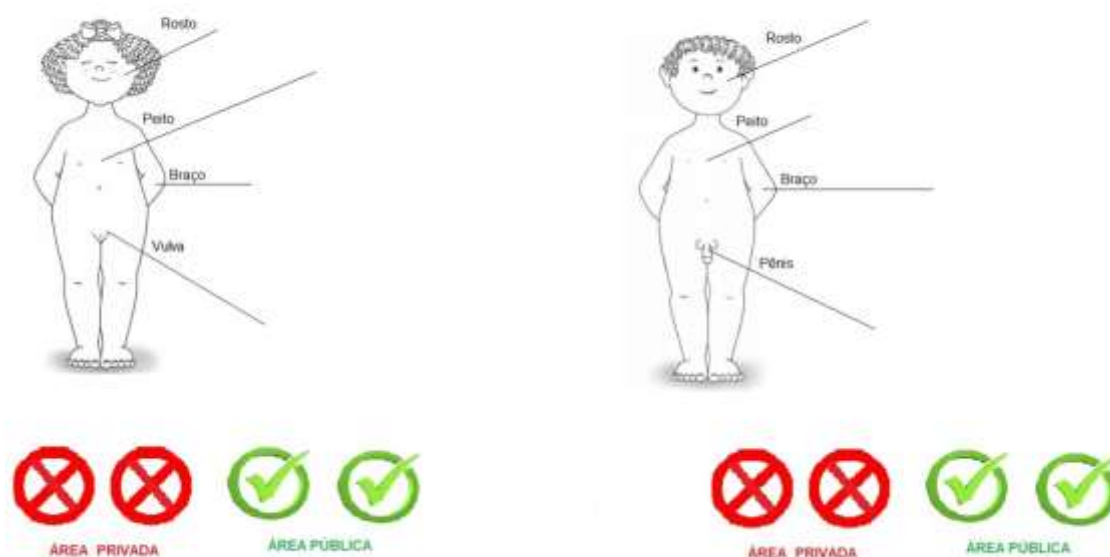


FONTE: A autora.

Foi desenvolvida também uma atividade com objetivo de reforçar os conceitos aprendidos pelos alunos. As atividades (Figura 7 e 8) foram desenvolvidas com objetivo de reforçar os conceitos aprendidos pelos alunos. Para recortar e colar, os símbolos de público e privado e colar nas áreas correspondentes na figura (Figura 7). Na figura 8, recortar e colar os símbolos de público e privado e colar nos locais privados e públicos onde podemos manipular as partes íntimas.

Figura 7- Atividade desenvolvida a alunos para reforço dos conceitos.

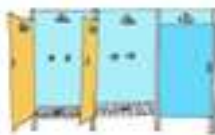
Você aprendeu sobre as partes públicas e privadas do corpo. Recorte as figuras  e cole nas partes que são públicas do corpo, recorte as figuras  e cole nas partes que são privadas do corpo.



FONTE: A autora.

Figura 8- Atividade desenvolvida a alunos para exemplificar áreas públicas e privadas.

Quais são os lugares onde podemos manipular nossas partes íntimas?

COLE AQUI	COLE AQUI	COLE AQUI	COLE AQUI
			
Sala da minha casa	Banheiro da escola	Meu quarto	Banheiro da minha casa



ÁREA PRIVADA



ÁREA PÚBLICA

FONTE: A autora.

Ao final do curso outras perguntas foram projetadas a fim de tentar diagnosticar a evolução dos professores em relação à temática. O curso foi enriquecedor para você? Um sentimento em relação ao curso; Seu receio e/ou dificuldade em falar sobre Sexualidade com alunos ou crianças foi solucionado? Se sente mais preparado (a)?

Para responder a estas questões foi entregue uma folha de papel sulfite em branco para que os professores escrevessem abertamente o que quisessem em relação ao curso. Foi solicitado que não colocassem identificação e a pesquisadora se retirou da sala disponibilizando 10 minutos para a escrita. Somente sete professores dos dez responderam ao questionário aberto, pois outros dois tiveram que sair antes de finalizar o curso, por isso não responderam.

Destas questões abertas⁷ foram coletados os discursos apresentados (QUADRO 5) (APÊNDICE D):

QUADRO 5- Discursos dos professores por meio da questão aberta.

(continua)

PROFESSOR (P)	DISCURSO
P1	<i>“Percebi que durante o curso que trabalhar a sexualidade, não é tão difícil assim, pois a capacitação você nos apresentou formas claras de abordar esse assunto ou de como agir durante situações que possam vir a ocorrer em sala de aula. Mas sempre pesquisar o assunto para abordar de forma clara e objetiva deixando nossas opiniões pessoais não afetar o objetivo/foco principal.”</i>
P2	<i>“O curso foi bem satisfatório, com explicações bem claras, atividades ilustrativas que facilitam a compreensão de nossos alunos.”</i>
P3	<i>“O curso foi bem enriquecedor, visto que não trabalhamos esse assunto diretamente. Material bem enriquecedor que nos mostrou de maneira bem prática como abordar o assunto nas diversas turmas. Enfim acrescentou de maneira simples e clara como podemos abordar o assunto em sala de aula e até mesmo com a família.”</i>

FONTE: A autora.

⁷ Entrevista concedida à autora em 23 de Junho de 2018.

QUADRO 5- Discursos dos professores por meio da questão aberta.

(continua)

PROFESSOR (P)	DISCURSO
P4	<i>“Bem a princípio fiquei bem apreensiva, pois algumas situações como mencionado é tratado com a equipe, e outras que ocorrem ‘resolvemos’ em sala. Porém foi surpreendente, pois o material apresentado muito bom e de fácil, compreensão. A discussão muito boa, pois houve uma troca de experiências, experiências estas que virão contribuir muito em nosso dia a dia, e como também um ponto de partida para novas adaptações. Sentindo-se melhor preparada. Obrigada pela oportunidade.”</i>
P5	<i>“O curso na minha opinião foi bastante positivo, pois foi um momento onde eu pude expor as minhas dificuldades em relação ao tema sexualidade e também fazer troca de ideias com os colegas de outra escola. Os materiais ofertados como sugestão de trabalho são de grande valor para o nosso trabalho em sala de aula. O curso respondeu as minhas dúvidas em relação ao tema sexualidade.”</i>

FONTE: A autora.

QUADRO 5- Discursos dos professores por meio da questão aberta.

(conclusão)

PROFESSOR (P)	DISCURSO
P6	<i>Anteriormente havia dificuldades e dúvidas sobre a forma ideal de trabalhar sexualidade em sala de aula. Em relação aos alunos com síndrome de Down o desafio é grande, levando em consideração à família que tem a sua própria cultura. Esse curso favoreceu conhecer entraves, características dos indivíduos e o que envolve a temática da sexualidade. Diferenças entre sexo e sexualidade. Tivemos informações teóricas e encaminhamentos sobre onde buscar informações. Estratégias específicas para alunos com deficiências como vídeos do site Marista que irão enriquecer nossos conhecimentos. Foi bem interessante dando nos esclarecimentos sobre diferentes modos de trabalho.”</i>
P7	<i>“O curso foi bastante enriquecedor pela clareza com que os temas foram abordados. Poucas vezes temos oportunidade de refletir/pesquisar/discutir esse tema que invariavelmente surge em nosso cotidiano escolar, independente da faixa etária de nossos alunos. O diálogo, a troca de informações e as sugestões de materiais didáticos a serem consultados bem como os procedimentos sugeridos irão com toda certeza nos dar maior segurança ao tratar do assunto em sala de aula.”</i>

FONTE: A autora.

O principal intuito deste encontro, além de elaborar estratégias didáticas, foi fazer com que os professores pensassem sobre questões da sexualidade e se sentissem convidados a questionar e sair de sua “zona de conforto” do que acreditam ser sexualidade, e passar a serem sujeitos ativos na educação sexual de seus alunos.

Foi criado um ambiente rico de experiências e vivências, pois foi instigante tanto para os professores, quanto à pesquisadora. Os professores

queriam saber mais sobre os conceitos e demonstraram-se interessados, descontraídos e livres de preconceitos em relação ao tema.

Observamos por meio dos discursos do questionário final que, todos os esforços e dedicações valeram a pena, pois ler relatos como estes acima, nos motiva a continuar e aprofundar a pesquisa. Dá-nos esperanças de que a educação sexual é considerada importante e será trabalhada por estes docentes, e que seus alunos serão privilegiados por terem profissionais empáticos com a educação. Cremos também que estes profissionais motivaram tantos outros a sensibilizar-se com a educação sexual de crianças, jovens e adultos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa, pudemos observar que a sexualidade é uma necessidade básica e integrante de todos os seres humanos e não são as características físicas ou intelectuais que podem privar o indivíduo de usufruir dela, e que a educação sexual nas escolas é imprescindível, pois previne, orienta e dota os indivíduos de conhecimentos.

Ao realizar o levantamento bibliográfico para esta dissertação, foi surpreendente perceber quão pouco é abordado sobre a sexualidade de alunos com síndrome de Down e menos ainda estratégias para educar sexualmente estas pessoas. Partimos da ideia de desenvolver, juntamente com os professores da educação especial, materiais e estratégias para realizar a educação sexual destes alunos.

Logo, o objetivo geral desta pesquisa foi desenvolver um material de apoio sobre educação sexual para que professores da rede especial de ensino pudessem utilizar com alunos com síndrome de Down e deficiência intelectual. Para isso, foi necessário investigar como os professores da rede especial de ensino realizam a educação sexual de alunos com síndrome de Down, para direcionar as estratégias de pesquisa.

É importante ressaltar que o conceito de sexualidade utilizado neste estudo não compreende somente as relações sexuais e não se limita somente a adultos sem deficiência. A sexualidade tem um papel determinante na construção da identidade, personalidade, sentimentos e relações de cada pessoa. E se de fato pretendermos a inclusão escolar destes à sociedade, é necessário permitir o conhecimento delas consigo mesmas, para que possam desenvolver uma sexualidade saudável do ponto de vista biológico, psicológico e social.

Inicialmente tivemos que compreender a percepção dos professores sobre a educação sexual para a inclusão. Dos dez docentes que participaram da pesquisa, todos demonstraram que consideram que a ES tem um papel importante para a inclusão destes na sociedade, porém, relataram não realizar a ES com seus alunos por falta de preparo. Contudo, relataram a necessidade da ES ser realizada, visto ao comportamento de muitos de seus alunos com SD.

A partir disto, pesquisamos sobre a formação de professores para trabalhar na rede especial de ensino, e em paralelo a instrumentalização destes para a educação sexual de alunos com necessidades especiais. Deparamo-nos com currículos de pós-graduações que não oferecem este tipo de preparo, então, os professores não realizam a educação sexual destes alunos, pois não possuem preparo para isto.

Durante a intervenção com os professores, procuramos demonstrar a intersecção entre os temas educação especial e educação sexual aproximando os docentes da teoria e prática. Ainda nesta etapa da intervenção, apresentamos materiais previamente selecionados para que juntos (pesquisadora e docentes) criássemos e adaptássemos aos alunos com síndrome de Down, a fim de suprir a demanda apresentada pelos docentes na etapa anterior a intervenção (assédio e masturbação em público).

A finalidade dos materiais criados e adaptados foi de exemplificar aos alunos os conceitos de público e privado, o que podemos e o que não podemos fazer em público. Estes materiais foram enriquecidos de imagens e cores para que o aluno possa associar e que por meio disso a aprendizagem ocorra.

Acreditamos que alcançamos o objetivo traçado, o qual era criar com os professores um material adaptado a alunos com síndrome de Down para realizar a educação sexual. Isto foi realizado, e os docentes demonstraram que consideram a educação sexual para alunos com síndrome de Down importante e necessária.

Os materiais criados e adaptados auxiliaram o professor na abordagem da educação sexual com alunos com síndrome de Down, pois são materiais com adaptação a este público. Observamos que a maior demanda dos professores de alunos com SD, quanto à educação sexual, eram as manifestações sexuais em público, algo que constrangia os professores, os quais não sabiam como prevenir para que estas manifestações em público diminuíssem ou fossem anuladas. Porém após a etapa da intervenção, pudemos elaborar estratégias e materiais juntos para prevenir estas manifestações por meio da educação.

Na etapa da devolutiva constatamos que os docentes veem a importância de realizar a ES e que se sentem mais aptos a orientar seus alunos quanto às

manifestações sexuais em público. Esta pesquisa traz uma pequena contribuição para o ensino, pois propicia uma pequena instrumentalização e apoio aos professores da rede especial de ensino para trabalharem com questões sobre sexualidade.

Creemos que esta pesquisa possibilitará novas reflexões, abrirá novos espaços para outros estudos sobre educação sexual formal de pessoas com necessidades educacionais especiais e que possam contribuir efetivamente na educação sexual destes indivíduos. Esperamos que esse trabalho possa contribuir não somente para atualização dos profissionais, mas para a possibilidade de intersecção da teoria e prática sobre a abordagem de manifestações sexuais de alunos com algum tipo de necessidade especial.

Consideramos que pudemos ajudar na ampliação de conhecimentos destes docentes, instrumentalizando-os para atuar na Educação sexual de seus alunos com Síndrome de Down, estes profissionais trabalharam para promover a criticidade, liberdade e autonomia dos alunos e que provavelmente motivaram tantos outros profissionais a sensibilizar-se com a educação sexual.

Creemos que a educação sexual é um dos caminhos para a inclusão, porém quanto a isso há muito a ser realizado, principalmente em relação à formação de professores, quanto à instrumentalização para a educação sexual de pessoas com deficiência. Entendemos que há inúmeras possibilidades de ampliar esta pesquisa futuramente, como por exemplo, incluir as pessoas com síndrome de Down e seus responsáveis na construção de um programa de educação sexual, ouvindo-os e criando juntos novas estratégias, materiais e até coletando relatos para a disseminação de como se sentem e o que gostariam que a sociedade soubesse a fim da ruptura de preconceitos que enfrentam. Enfim, esta pesquisa deu uma contribuição para a educação especial no aspecto da sexualidade de pessoas com deficiência e na formação de professores da rede especial de ensino. Entendemos que há inúmeras possibilidades de ampliar esta pesquisa futuramente.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. R. L. **Educação sexual e a formação de professores: uma proposta para a formação inicial dos licenciandos em ciências naturais (FUP)**. 2017. 67 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências)- Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- ALMEIDA, M. S. R. **A expressão da sexualidade das pessoas com Síndrome de Down**. 2008. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/deloslectores/2101Almeida.pdf>>. Acesso em: 01 Out. 2017.
- ALTMANN, H. Orientação sexual em uma escola: recortes de corpos e de gênero. **Cadernos Pagu**. Rio de Janeiro, v. 21, 2003.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BONFIM, C. **Desnudando a Educação Sexual**. 1. ed. Campinas: Papirus, 2012.
- BRAGA, E. R. M. Orientação sexual escolar: a necessidade do estudo no curso de pedagogia. In: RODRIGUES, Elaine; ROSIN, SHEILA Maria. (Org.). **Pedagogia 35 anos: História e Memória (1973 - 2008)**. 1 ed. Curitiba: Instituto Memória, 2009.
- BRASIL. **Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria n. 555/2007, prorrogada pela Portaria n. 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008.
- BRASIL. **Ministério da Educação**. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.
- BRASIL. **Congresso Nacional**. Lei nº 9.394, de 20/12/1996. Fixa diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, nº 248, de 23/12/1996.
- BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 5 de Outubro de 1988. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 1990.
- BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto**. Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes da educação nacional, 1996.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Câmara de Educação Básica. Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001.

BRASIL, **Conselho Nacional de Educação. Resolução**, Nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares para Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena. Brasília, 2002.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** – Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990. Brasília: Câmara dos Deputados, 1990.

BRASIL. **Decreto n. 3.298**, de dezembro de 1999 – Política Nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência. Regulamenta a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989. Brasília: Congresso Nacional, 1999.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: SEESP, 2007.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: SEESP, 2008.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei no 9.394/96. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia – Licenciatura** Brasília, DF, 2006.

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros Curriculares Nacionais : apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.

BRIDI, F. R. S. Formação continuada em Educação Especial: O atendimento educacional especializado. **POIÉSIS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**. Tubarão, v. 4, n. 7, p. 187 - 199, Jan./Jun. 2011.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira**: integração/ segregação do aluno diferente. São Paulo, EDUC/PUCSP, 1993.

BUENO, J. G. S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 3, n. 5, p. 7-25, 1999a.

CARDOSO, M. H. M. *et al.* Questões sobre gênero, sexualidade e a síndrome de Down a partir das políticas públicas educacionais. In: III Congresso Nacional da educação. 2016, Natal/RN. **Anais ... Realize**, 2016.

CAVALCANTI, R. C. Educação sexual no Brasil e na América Latina. **Revista brasileira de sexualidade humana**, v. 4, n. 2, 1993. São Paulo: Iglu. 1993.

DSM-V. **Manual de Diagnóstico e Estatística de transtornos mentais**. Associação americana de psiquiatria. 5ed.Porto Alegre: Artmed, 2014.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. Disponível em:<https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm> Acesso em 17 Jun. 2017.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <http://www.onubrasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em: 17 Jun. 2017.

DÍAZ, M.; CABRAL, F.; SANTOS, L. Os direitos sexuais e reprodutivos. In: RIBEIRO, C.; CAMPUS, M.T.A. (ed.) **Afinal, que paz queremos?** Lavras: Editora UFLA, 2004.

EGYPTO, A. C. **Orientação Sexual na Escola**: um projeto apaixonante: o projeto de orientação na escola. São Paulo: EPU, 1981.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação Sexual**: retomando uma proposta, um desafio. Londrina: Ed. UEL, 1996..

FILHA, C. X. Gênero e sexualidade na infância: Circulação de idéias na internet. **Revista Ártemis**, Paraíba, v. 21, n. 1, jul./dez. 2016.

GONDIM, S. M. G; BENDASSOLLI, P. F. Uma crítica da utilização da análise de conteúdo qualitativa em psicologia. **Psicol. estud.** v.19, n.2, p.191-199. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1413-737220530002>> Acesso em: 20. Mar. 2018.

GLAT, R. **Somos iguais a vocês: depoimentos de mulheres com deficiência mental**. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1993.

GLAT, Rosana; FREITAS, Cândida. **Sexualidade e deficiência mental: pesquisando, refletindo e debatendo sobre o tema**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

HONORA M. FRIZANCO M. L. **Esclarecendo as deficiências: Aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva**. Ciranda Cultural, 2008.

JESUS, M.C.P. O significado da educação sexual na relação pais/adolescentes. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília, v. 52, n. 3, jul./set. 1999.

KIRK, S. A; GALLAGHER, J. J. **Educação da criança educacional**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes. 1991.

LEME, C. V. D; CRUZ, E. M. T. N. **Sexualidade e Síndrome de Down: uma visão dos pais**. Disponível em: <<http://bases.bireme.br>>. Acesso em 01 Out. 2017.

LIPP, M. N. **Sexo para deficientes mentais. Sexo excepcional dependente e não dependente**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1988.

LUIZ, E. C.; KUBO, O. M. Percepções de jovens com síndrome de Down sobre relacionar-se amorosamente. **Revista Educação especial**, Marília, v.13, n.2, mai./ago. 2007.

LÜDKE, M. ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa e educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAIA, A. C. B. **Sexualidade e Deficiências**. 1 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2006. 272 p.

MAIA, A. C. B. **Sexualidade e Educação sexual**. 2014. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155340/3/unespnead_reei1_ee_d06_s03_texto02.pdf> Acesso em: 01 Out. 2017.

MAIA, A. C. B. Reflexões sobre a educação sexual da pessoa com deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**. São Carlos, v.7, n.1, 2001.

MAIA, A. C. B. **Inclusão social e deficiência: a educação sexual para pessoas com deficiência intelectual**. In: DAVID, CM., *et al.*, (Orgs.) Desafios contemporâneos da educação. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

MAIA, A. C. B. **Vivência da sexualidade a partir do relato de pessoas com deficiência intelectual**. Psicologia em Estudo. 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287146384010>> Acesso em: 13 Mar. 2018.

MAIA, A. C. B. Sexualidade e Deficiências. In: MAIA, A.C.B.; MAIA, A.F. (ORG). **Sexualidade e Infância**. Cadernos CECEMCA. n. 1 Bauru, Faculdade de Ciências: Cecemca, 2005.

MAIA, A. C. B. RIBEIRO, P. R. M. **Orientação sexual e síndrome de Down: esclarecimentos para educadores**. 1 ed. Bauru: Faculdade de Ciências, 2009. 65p.

MAIA, A. C. B. RIBEIRO, P. R. M. Educação sexual: princípios para ação. **Revista Paulista de Psicologia e Educação**. Editora Doxa, v.15, n.1, p.75-84, 2011.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003.

MICHELS, Maria Helena. Paradoxo da formação docente na política em educação inclusiva: a perspectiva clínica como sustentação do trabalho escolar. **Anais: IV**

Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial: Conhecimento & Margens. Gramado: RS, 2008.

MOREIRA, L. M. A. **Algumas abordagens da educação sexual na deficiência intelectual**. 3 ed. Salvador: EDUFBA, 2011.

NÓVOA, A. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Don Quixote, 1997.

RAMIRO, L.; MATOS, M. G. Percepções de professores portugueses sobre Educação Sexual. **Revista Saúde Pública**, Lisboa, Portugal, 2008.

SANTOS, T. M. D. Sexualidade e Deficiência Intelectual: O Direito À Educação Sexual. In: **II Simpósio internacional de educação sexual (SIES)**. Maringá. 2011

SHIAVO, M. R. **Síndrome de Down: Perfil das percepções sobre as pessoas com Síndrome de Down e do seu atendimento: aspectos qualitativo**. Brasília: Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, 1999.

SILVA, E. ; OTHMAN Z. A. S. Professor x orientação sexual: um novo olhar aos alunos com síndrome de down para uma vida sexual saudável. In: **Simpósio inter. de educação sexual (II SIES)**. Maringá, 2011.

SILVA, L. M. M.; SANTOS, S. P. Sexualidade e Formação Docente: representações de futuros professores/as de Ciências e Biologia. In: **VII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**, Campinas, 2011.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Corde, 1994.

UNESCO. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Disponível em: Acesso em: 01 fev. 2019.

VITIELLO, N. **Sexualidade: quem educa o educador: um manual para jovens, pais e educadores**. São Paulo: Iglu, 1997.

VOVODIC, M. A. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down**. 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

VOVODIC, M. A. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down**, 7 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Universidade Estadual de Ponta Grossa
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS
Av.: Gen. Carlos Cavalcanti, 4748 CEP: 84030-900 Bloco M, Sala 100
Campus Uvaranas Ponta Grossa Fone: (42) 3220.3108 e-mail: seccoep@uepg.br

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa "EDUCAÇÃO INCLUSIVA: EDUCAÇÃO SEXUAL PARA SÍNDROMICOS DE DOWN". Essa pesquisa tem como pesquisadoras responsáveis: Luciana de Boer Pinheiro de Souza, orientadora e professora deste trabalho e Josie Aghata Parrilha da Silva, co-orientadora e professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Como pesquisador participante Saline Daiane Feld, aluna do programa de pós-graduação em Ensino de Ciências e Educação matemática- PPGECEM da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

O objetivo da pesquisa é de desenvolver uma proposta de Educação sexual para professores da rede especial de ensino, orientando-os a trabalhar com alunos com síndrome de Down. A sua participação no estudo será demonstrar seus conhecimentos quanto à Educação sexual de alunos com Síndrome de Down, através das respostas aos questionários que serão aplicados. A proposta deste estudo inicia-se com os participantes respondendo a um questionário com a opinião deles quanto à Educação sexual de seus alunos com síndrome de Down. A identificação dos participantes permanecerá em sigilo, zelando pela sua privacidade. Sua participação é voluntária, portanto não receberá recompensa ou gratificação nem pagará para participar. Será garantido o livre acesso a todas as informações e retirada de dúvidas sobre o estudo, enfim, tudo o que você queira saber antes, durante e depois da participação na pesquisa. Você poderá deixar de participar do estudo a qualquer momento, sem apresentar justificativas e, também, sem prejuízo ou perda de qualquer benefício que possa ter adquirido, tendo também todas as dúvidas esclarecidas sobre a sua participação neste trabalho. Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com qualquer um dos membros da pesquisa ou com a Comissão de Ética em Pesquisa da UEPG.

Nome completo do participante: _____

Idade: _____ **RG:** _____

Endereço: _____

Contatos com os pesquisadores: Comitê de Ética em Pesquisa: (42) 3220-3108.

Saline Daiane Feld: (42) 98857-4299 Universidade Estadual de Ponta Grossa

Luciana de Boer Pinheiro de Souza: (42) 99962-3530 Av. Carlos Cavalcanti, 4748–Uvaranas

Josie Aghata Parrilha da Silva: (44) 99916-8281 Bloco M - Sala 100

Campus Universitário CEP: 84030-900 - Ponta Grossa - PR

Assinatura do participante

Luciana de Boer Pinheiro de Souza

Josie Aghata Parrilha da Silva

Saline Daiane Feld

Ponta Grossa, 18 de Dezembro de 2017.

APÊNDICE B – Questionário semi-estruturado aplicado no início da intervenção



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

Nome _____
Email _____
Formação _____ Pós _____
Ano de conclusão da Pós _____ Instituição _____

1- Trabalha com Educação Sexual com alunos com Síndrome de Down? Se não, qual o motivo pelo qual você não aborda o tema com seus alunos?

2- Quais temas deste conteúdo você trabalha?

3- Como você aborda estes temas?

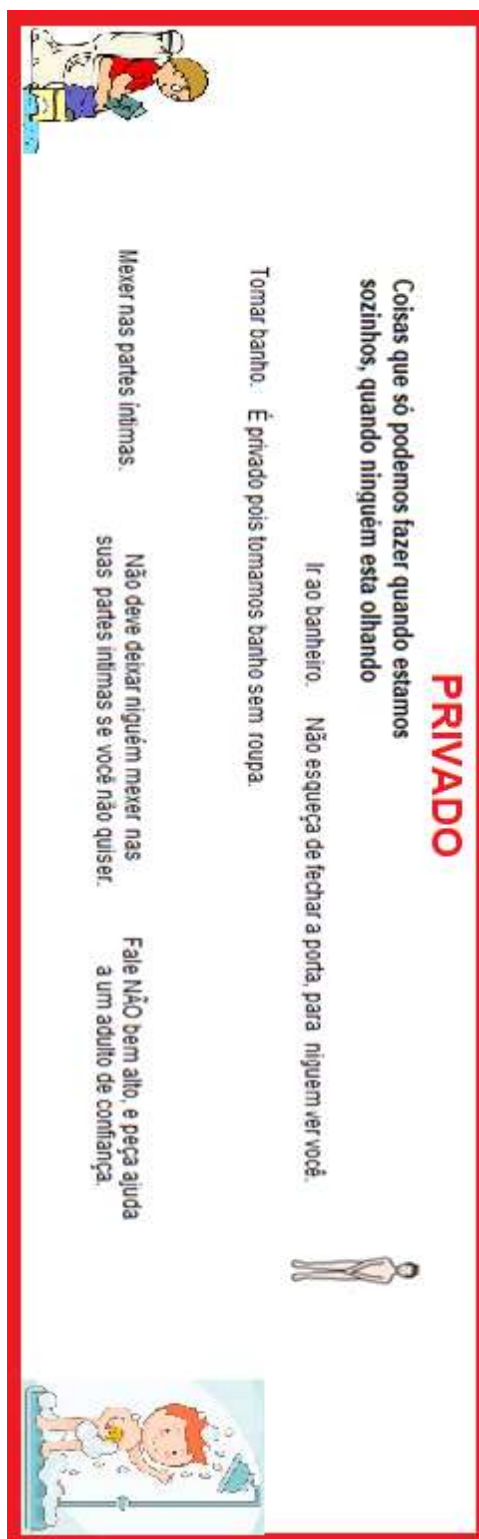
4- Porque trabalha este (s) tema (s) com alunos com Síndrome de Down?

5- Que temas você gostaria de encontrar no material didático sobre Educação Sexual?

APÊNDICE C – Materiais criados e adaptados juntamente com os professores.



FONTE: A autora, 2018.



FONTE: A autora, 2018.



FONTE: A autora, 2018.

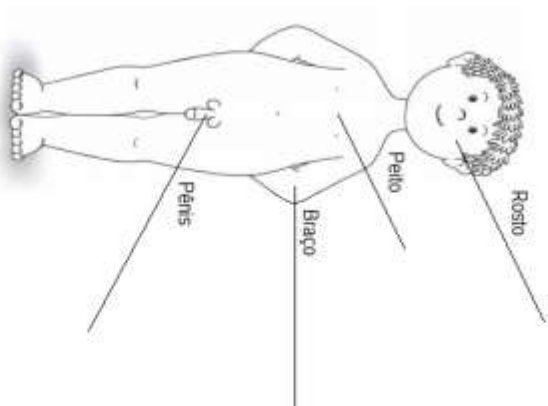
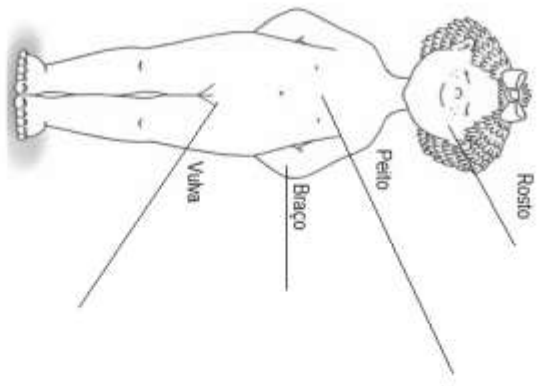
FONTE: A autora, 2018.



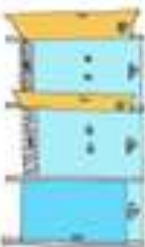
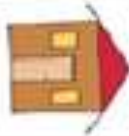
FONTE: A autora, 2018.

FONTE: A autora, 2018.

Você aprendeu sobre as partes públicas e privadas do corpo. Recorte as figuras  e cole nas partes que são públicas do corpo, recorte as figuras  e cole nas partes que são privadas do corpo.



Quais são os lugares onde podemos manipular nossas partes íntimas?

COLE AQUI	COLE AQUI	COLE AQUI	COLE AQUI
			
Sala da minha casa	Banheiro da escola	Meu quarto	Banheiro da minha casa



ÁREA PRIVADA



ÁREA PÚBLICA

FONTE: A autora, 2018.

APÊNDICE D - Questão aberta respondida pelos professores após intervenção.

Pudei que durante o curso que trabalhar a sexualidade / sexo, não é tão difícil assim, pois nessa capacitação vai nos apresentar formas claras de abordar esse assunto e de como agir durante situações que possam vir a ocorrer em sala de aula.

Não sempre pesquisar o assunto p/ abordar de forma clara e objetiva deixando nossas opiniões pessoais não afetar o objetivo / foco principal.

→ O curso por um tempo, mas
que nós trabalhamos esse assunto
claramente. Material bem Enrique-
cido que nos mostra de maneira
bem prática como abordar o assunto
nos diversos turnos. Enfim apresen-
ta de maneira simples e clara
como podemos abordar o assunto
em sala de aula até mesmo com
a família.

Bem a principio fiquei bem apreensiva, por algumas situações como mencionado e tratado com a equipe, e outras que ocorrerem "resolvemos" em sala porém foi surpreendente, pois material apresentado muito bom e de fácil compreensão. A discussão muito boa, pois houve uma troca de experiências, experiências estas que irão contribuir muito em nosso dia a dia, e como também um ponto de partida para novas adaptações, sentindo-se melhor preparada. Obrigada pela oportunidade.

O curso foi bem satisfatório, sem explicações bem claras, atividades ilustrativas e que facilitam a compreensão dos novos conteúdos.

Por fim um momento onde em parte se esperava em relação ao tema sexualidade e também falar sobre a relação com as coisas do outro sexo.

O material utilizado com respeito ao trabalho não dá grande valor para o novo trabalho em sala de aula.

O curso respondeu em muitas direções em relação ao tema sexualidade.

Anteriormente haviam dificuldades e dúvidas sobre a forma ideal de trabalhar sexualidade em sala de aula. Em relação aos alunos com Síndrome DNV o desafio é grande, levando em consideração a família que tem sua própria cultura.

Este curso favoreceu conhecer entaves, características dos indivíduos e o que envolve a temática da Sexualidade. Diferenças sexo, sexualidade. Tivemos informações teóricas e intercambiamos sobre onde buscar informações.

Estratégias específicas para alunos com deficiências como vídeos do site Marista que irão enriquecer nossos conhecimentos. Foi bem interessante dando-nos esclarecimentos sobre diferentes modos de trab.

O curso foi bastante enriquecedor pela clareza com que os temas foram abordados.

Poucas vezes temos oportunidade de refletir / pesquisar / discutir esse tema que invariavelmente surge em nosso cotidiano escolar, independente da faixa etária de nossos alunos.

O diálogo, a troca de informações e as sugestões de materiais didáticos a serem consultados bem como os procedimentos sugeridos vão com toda certeza nos dar maior segurança ao tratar do assunto em sala de aula.

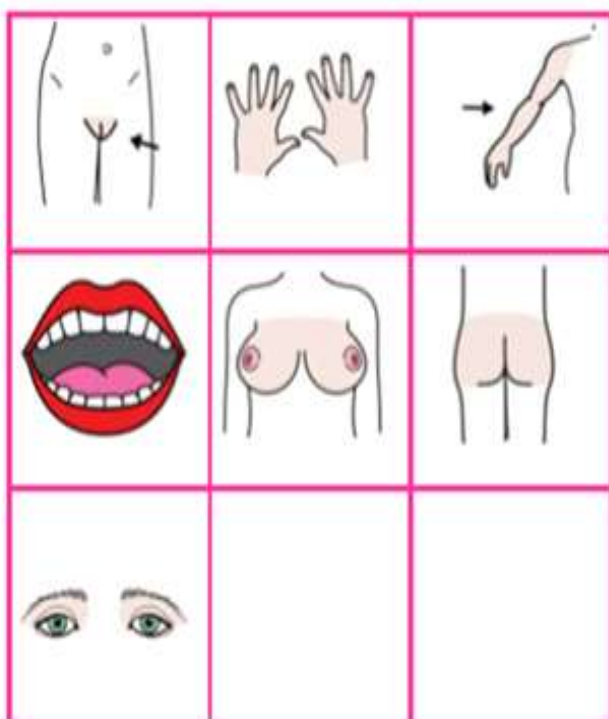
ANEXOS

ANEXO A – Materiais disponibilizados pelo blog OcupaTEA traduzidos e apresentados aos professores.

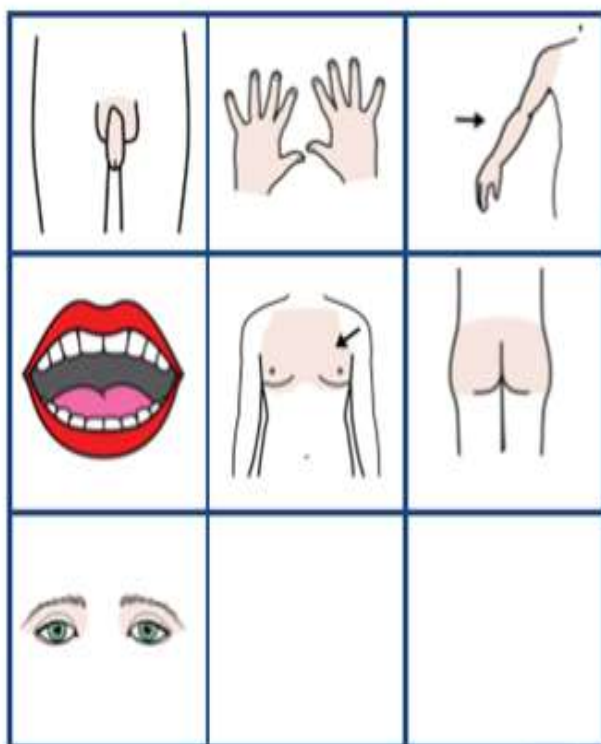


FONTE: Blog OcupaTEA, 2018.

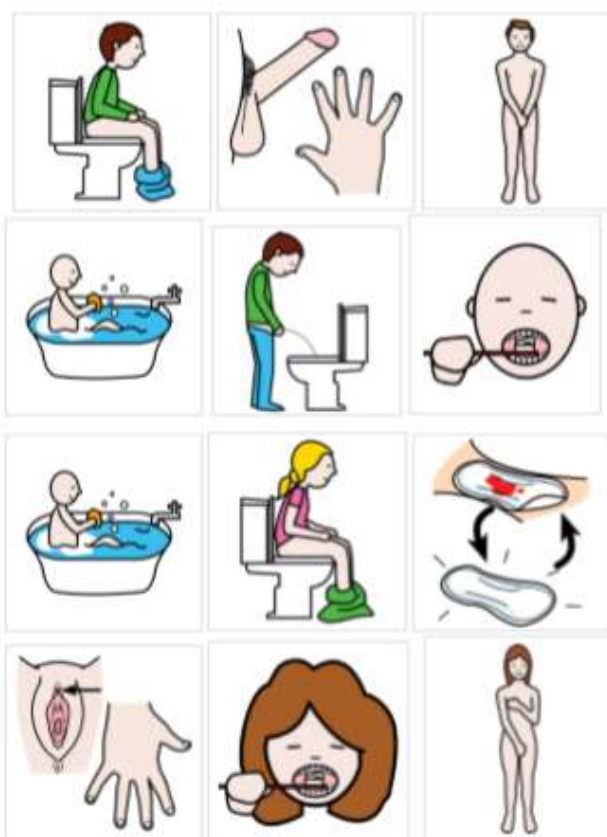
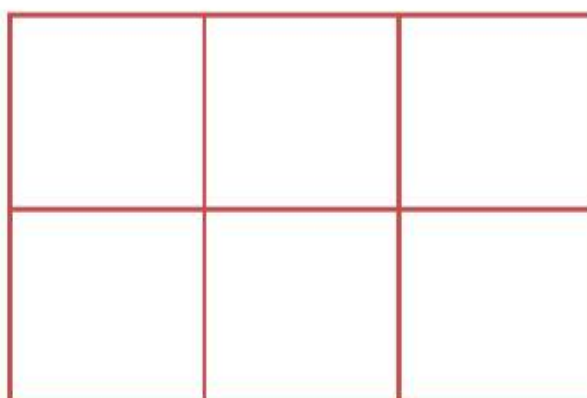
TOCA OU NÃO TOCA EM PÚBLICO?



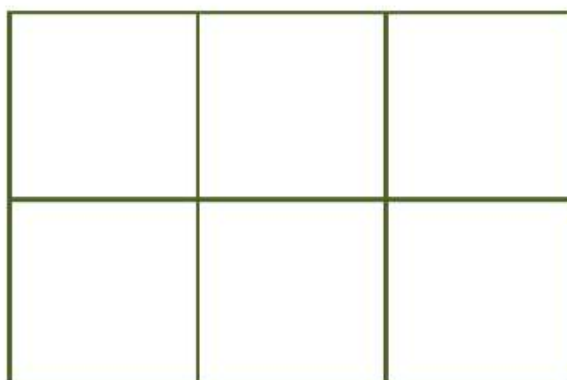
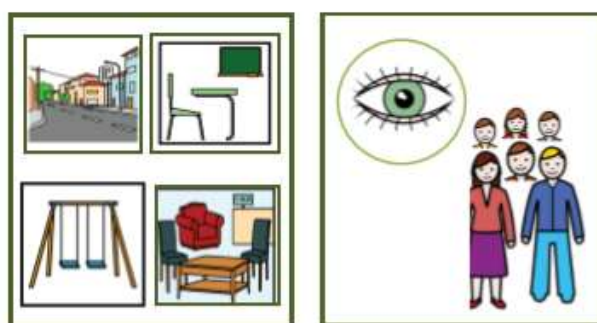
FONTE: Blog OcupaTEA, 2018.



FONTE: Blog OcupaTEA, 2018.



FONTE: Blog OcupaTEA, 2018



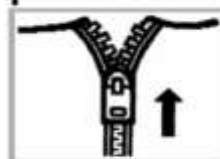


FONTE: Blog OcupaTEA, 2018.

Sair vestido corretamente quando usar o banheiro.

Deixar o banheiro limpo.

Fechar a porta antes e depois de usar o banheiro.



Só pode abraçar, pegar e beijar outra pessoa se ela permitir!



- Ensinar a criança à quem pedir ajuda quando precisar, em quem confiar.



Aos pais, avós, avôs, irmãos, ...

Aos professores, pedagogas, diretores, ...



ANEXO B – Parecer consubstanciado do CEP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG 

PARECER CON SUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**Título da Pesquisa:** EDUCAÇÃO INCLUSIVA : EDUCAÇÃO SEXUAL PARA SINDRÔMICOS DE DOWN**Pesquisador:** Saline Dalane Feld**Área Temática:****Versão:** 1**CAAE:** 82884318.0.0000.0105**Instituição Proponente:** Universidade Estadual de Ponta Grossa**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio**DADOS DO PARECER****Número do Parecer:** 2.577.006**Apresentação do Projeto:**

A pesquisa será por meio de questões semi-estruturadas e entrevistas com professores da rede especial de ensino, onde a identificação

dos participantes permanecerá em sigilo. Será aplicado aos professores questões semi-estruturadas, com o objetivo de coletar a opinião deles quanto à educação sexual para

alunos com síndrome de Down. Estas questões serão utilizadas para realizar um diagnóstico prévio de como a temática é pensada e trabalhada por estes docentes. Após a análise dos questionários será realizada uma intervenção, com o intuito de orientação e adequação das principais deficiências do processo de ensino-aprendizagem da temática educação sexual dos professores para os alunos com SD. Pretende-se trabalhar com textos e vídeos sobre Educação sexual para Síndrome de Down e/ou deficiência intelectual, provocando discussões e debates sobre o tema. Esta

intervenção será gravada e servirá para a análise dos dados

Objetivo da Pesquisa:**Objetivo Primário:**

Desenvolver uma proposta de Educação sexual para professores da rede especial de ensino que atuam com alunos com síndrome de Down;

Investigar como é realizada a orientação sexual de alunos com síndrome de Down pelos professores.

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4740, UEPG, Campus Uvaranas, Bloco M, Sala 116-B
Bairro: Uvaranas CEP: 84.030-900
UF: PR Município: PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3108 E-mail: cep@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 2.577.006

Objetivo Secundário:

Diagnosticar as principais deficiências do processo de ensino-aprendizagem na inclusão de alunos com síndrome de Down quanto à educação sexual; investigar como os professores da educação especial lidam com as manifestações sexuais de seus alunos com síndrome de Down.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Não há.

Benefícios:

Levantamentos inerentes a Educação de alunos e professores

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa de Mestrado, com orientação e co-orientação

A metodologia da pesquisa é exequível, o questionário semi estruturado encontra-se anexado no processo

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação Obrigatória encontram-se anexados corretamente

Recomendações:

Atentar para o cronograma e relatórios parciais e finais

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há

Considerações Finais a critério do CEP:

Aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1058117.pdf	14/01/2018 11:35:45		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	14/01/2018 11:32:13	Saline Daiane Fold	Aceito

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748, UEPG, Campus Uvaranas, Bloco M, Sala 116-B
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3108 **E-mail:** cep@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 2.577.006

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcleword.docx	14/01/2018 11:27:53	Saline Daliane Feld	Aceito
Folha de Rosto	fr.docx	14/01/2018 11:25:41	Saline Daliane Feld	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PONTA GROSSA, 03 de Abril de 2018

Assinado por:
ULISSES COELHO
(Coordenador)

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748, UEPG, Campus Uvaranas, Bloco M, Sala 116-B
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3108 **E-mail:** conep@uepg.br